

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Alinne Ferreira da Silva

**Uma sociologia cultural do Museo
Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-
Romagnola nel Mondo (MIGRER)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Fernando Cardoso Lima Neto

Rio de Janeiro
Setembro de 2024



Alinne Ferreira da Silva

**Uma sociologia cultural do Museo
Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-
Romagnola nel Mondo (MIGRER)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Fernando Cardoso Lima Neto

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Mario Luis Grangeia Ramos

Escola Superior do Ministério Público da União

Profª. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de setembro 2024.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

Alinne Ferreira da Silva

Obteve o título de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2018. Concluiu o curso técnico de Guia de Turismo pelo IFRJ em 2019 e a pós-graduação *lato sensu* em Patrimônio Cultural pelo CEFET-RJ em 2023. Possui experiência e interesse nas áreas de migração, museus, patrimônio cultural, turismo e políticas públicas.

Ficha Catalográfica

Silva, Alinne Ferreira da

Uma sociologia cultural do Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo (MIGRER) / Alinne Ferreira da Silva; orientador: Fernando Cardoso Lima Neto. – 2024.

105 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2024.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Sociologia cultural. 3. Museu virtual. 4. Migração italiana. 5. Redes. I. Lima Neto, Fernando Cardoso. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para minha mãe Vânia Lúcia
(in memoriam) que também é
filha da PUC-Rio.

Agradecimentos

Agradeço à minha família por sempre acreditar em mim, por me apoiar em minhas escolhas e por ser meu porto seguro em todas as ocasiões. Em especial, ressalto o apoio do meu pai Irton Marcos, da minha avó Amenaide e do meu avô Eloy Lopes.

Aos meus amigos de turma do mestrado, agradeço pelas trocas e contribuições ao longo desses últimos anos: Ana Beatriz, Fernanda, Juliana, Renata e Carlos Eduardo. Vocês foram fundamentais nessa jornada.

Ao meu professor orientador Fernando Lima Neto, aos professores presentes da comissão examinadora e à toda equipe e professores do departamento do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Às minhas companhias que estiveram presentes, de perto ou de longe, no meu caminho enquanto mestranda. Aqui destaco a parceria e suporte do meu namorado, que esteve ao meu lado desde antes do início dessa trajetória.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), através do Programa Mestrado Nota 10, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por apoiar e viabilizar a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço a Deus por tudo.

Resumo

Silva, Alinne Ferreira da; Lima Neto, Fernando Cardoso. **Uma sociologia cultural do Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo (MIGRER)**. Rio de Janeiro, 2024. 105p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A colonização italiana em Porto Real (RJ), iniciada em 1875, resultou na fundação de um núcleo familiar de imigrantes provenientes do norte da Itália dedicados ao cultivo da cana-de-açúcar na região sul-fluminense. A criação da Associação Vittorio Emanuele II (AVE II) pelos descendentes na década de 1990 e a sua inserção no *Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER), colocou a associação e, conseqüentemente, a cidade de Porto Real a um patamar de reconhecimento internacional em torno da defesa dos legados deixados pelos emigrantes da região da Emilia-Romagna. A visibilidade que o MIGRER propicia ao município oferece um conjunto de relações na qual as noções de redes, museu e cultura se agregam de forma a pensar o fenômeno de formação identitária de um grupo e seu pertencimento local. A pesquisa encontra-se estruturada em três eixos principais: a revisão da literatura sobre sociologia cultural; a contextualização histórica do município de Porto Real, com ênfase no processo migratório italiano em âmbito local e nacional, e no papel do museu como instituição; e, por fim, a análise da atuação do MIGRER através das associações e o conceito de redes, buscando compreender as manifestações culturais locais, globais e virtuais. O estudo foi realizado a partir de levantamento bibliográfico acompanhado do trabalho de campo, com intuito de analisar a contribuição teórica clássica e contemporânea junto com as manifestações presentes no local.

Palavras-chave

Sociologia cultural; museu virtual; migração italiana; redes.

Abstract

Silva, Alinne Ferreira da; Lima Neto, Fernando Cardoso (Advisor). **A cultural sociology of the Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo (MIGRER)**. Rio de Janeiro, 2024. 105p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Italian colonization in Porto Real (RJ), which began in 1875, resulted in the founding of a family nucleus of immigrants from northern Italy dedicated to sugar cane cultivation in the southern region of Rio de Janeiro. The creation of the Vittorio Emanuele II Association (AVE II) by the descendants in the 1990s and its inclusion in the *Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER), brought the association and, consequently, the city of Porto Real to a level of international recognition around the defense of the legacies left by emigrants from the Emilia-Romagna region. The visibility that MIGRER brings to the municipality offers a set of relationships in which the notions of networks, museums and culture come together in order to think about the phenomenon of a group's identity formation and its local belonging. The research is structured along three main lines: a review of the literature on cultural sociology; a historical contextualization of the municipality of Porto Real, with an emphasis on the Italian immigration process at local and national level, and on the role of the museum as an institution; and, finally, an analysis of MIGRER's work through associations and the concept of networks, seeking to understand local, global and virtual cultural manifestations. The study was carried out on the basis of a bibliographical survey accompanied by fieldwork, with the aim of analyzing classical and contemporary theoretical contributions in conjunction with local manifestations.

Keywords

Cultural sociology; virtual museum; Italian migration; networks.

Sumário

1. Introdução	11
2. Sociologia cultural	15
2.1 Uma breve contextualização	15
2.2 Arte, cultura e política	28
3. Museus e a história de Porto Real (RJ)	37
3.1 Museu, tecnologia e migrações: os casos do Brasil e da Itália	37
3.2 A imigração italiana no Brasil e em Porto Real	52
4. Rede de museus e museu de redes	67
4.1 O MIGRER e as associações	67
4.2 Redes de migrações, museus e associações	81
5. Considerações Finais	96
6. Referências Bibliográficas	100

Lista de figuras

Figura 1 – Faixa do navio Anna Pizzorno na sede da AVE II	p. 53
Figura 2 – Casa do Imigrante em Porto Real	p. 58
Figura 3 – Casa do Imigrante	p. 59
Figura 4 – Emigrantes no Brasil por províncias italianas	p. 70
Figura 5 – Página da AVE II no MIGRER	p. 73
Figura 6 – Página Inicial do MIGRER	p. 90
Figura 7 – Mapa das associações do MIGRER	p. 93

[...] Da Itália os primeiros colonos
Vieram a nós se juntar
Na alegria dos italianos
Que vieram a cidade habitar
Somos todos queridos da mama
Os costumes vamos cultivar [...]

Leandro dos Santos, Hino de Porto Real

1. Introdução

A colonização italiana na cidade de Porto Real, no interior do estado do Rio de Janeiro, aconteceu em 1875 por imigrantes do norte da Itália que fundaram um núcleo de famílias na então “Imperial Fazenda de Porto Real” e viveram do cultivo de milho, do arroz e, principalmente, da cana-de-açúcar. A cultura italiana é muito presente na região e, entre sobrenomes marcantes e culinária típica, as manifestações são diversas, como a realização anual da Festa da Cultura Italiana, o projeto Momentos de Itália e a Casa do Imigrante, que fica aberta para visitantes no Horto Municipal.

A Associação Vittorio Emanuele II (AVE II), fundada com o intuito de preservar e divulgar a herança deixada pelos imigrantes, é hoje um dos principais pilares da cultura local, promovendo documentários, projetos, oficinas de dança, gastronomia e aulas de italiano para os moradores da cidade e demais interessados. Sua inserção no *Museo Virtuale Dell’Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER) a colocou em uma posição de visibilidade e reconhecimento ao lado das demais associações existentes no Brasil e no mundo que atuam na defesa do legado deixado pelos antepassados e emigrantes da região da Emilia-Romagna a partir do final do século XIX.

Os grupos de imigrantes que chegaram nos anos 1874 e 1875, apesar de serem tratados como primeiros a chegarem ao Brasil, pertencem a um período específico da emigração italiana chamada de “grande migração” ou “velha migração” que compreende os fluxos desta década até os anos 1900. Todavia, segundo Trento (2022), a presença italiana no território brasileiro existe desde os primeiros anos da chegada europeia no século XVI, através dos navegantes, mercadores, arquitetos, marinheiros, militares, engenheiros e, principalmente, missionários e jesuítas atuando em diversos campos de trabalho e contribuindo para a formação sociocultural da sociedade.

A chegada de europeus imigrantes no Brasil a partir dos anos 1870 está relacionada principalmente à necessidade da substituição da mão-de-obra escravizada junto com as políticas de colonização do governo. Com a unificação da Itália na segunda metade do século XIX e a expansão do capitalismo, o país se viu com um alto índice populacional excluído do mercado, assim como a recorrente

expulsão de camponeses das terras em prol do aumento do setor industrial (IOTTI, 2011). A emigração, neste caso, foi uma alternativa para muitos dos italianos que não possuíam em sua terra de origem condições de subsistência e oportunidades de trabalho.

A pesquisa está dividida em três partes de forma a contemplar a noção dos estudos da sociologia cultural, o caso do MIGRER e sua relação com a AVE II da cidade de Porto Real. O primeiro capítulo propõe situar e apresentar a perspectiva da sociologia cultural e seu desenvolvimento, seguido de contribuições referentes aos campos da arte, cultura e política para a ampliação do diálogo. Reforçando a perspectiva sociológica, Jeffrey Alexander (2000) e Fernando Lima Neto (2014) estão presentes no plano teórico acerca das interações dinâmicas entre cultura e relações sociais, sendo a cultura uma dimensão central para a abordagem sociológica.

Fernando Dias (1994) e Renato Ortiz (2002) são autores que também contribuíram para a reflexão tanto para indicar o processo de institucionalização das Ciências Sociais no país, quanto para as questões levantadas sobre identidade nacional nas produções acadêmicas e a posição dos estudos culturais brasileiros. Na segunda parte deste primeiro capítulo, os trabalhos de Andy Bennet (2008), Nathalie Heinich (2014) e Botello & Magnoni (2015) sobre, respectivamente, música popular, arte contemporânea e performance política compõem a proposta de trazer esses elementos para a discussão teórica do campo a partir da perspectiva cultural.

Em um segundo momento, para conceituar a compreensão do âmbito dos museus, o museólogo e cientista social Mário Chagas (2014) faz uma reflexão sobre as instituições de museus e o campo das Ciências Sociais, assim como a socióloga Myrian Santos (2014) traz uma abordagem necessária quando sintetiza o campo dos museus no Brasil. Manuel Castells (1999; 2011) aparece como outra referência importante quando compreende o lugar dos museus na era de informação com as novas tecnologias e as transformações da sociedade a partir da noção de rede. Trabalhos como de Ana Cristina Carvalho (2008) e Maria Clara Camacho (2014) trazem um novo panorama, incluindo o cenário internacional, de como funcionam as redes e sistemas de museus e suas implicações.

A introdução ao campo da pesquisa e o debate acerca do contexto da imigração italiana no Brasil é abordada em seguida, com o intuito de esclarecer as

origens deste movimento no país, assim como no município de Porto Real. A partir de pesquisas, documentos e materiais institucionais, tais como a dissertação de Rafael Lima (2005), o portal do IBGE (2024), Porto Real (2020), o próprio site do Migrer (2024) para a elaboração do estudo mais local, e as contribuições dos estudos acerca da imigração italiana de pesquisadores como Angelo Trento (2022), Ana Cristina Carvalho (2008), Maria Catarina Zanini (2008), Carlos Eduardo Bao (2015) e Oswaldo Truzzi (2016) para o entendimento mais amplo deste fenômeno.

A teoria de Max Weber (2004) e seus conceitos, principalmente por meio da categoria de ação social, fundamenta a discussão em torno da interpretação feita dos elementos envolvidos do tema e da sua própria formação e organização. As relações sociais também são consideradas no sentido weberiano, principalmente quanto à classificação e distinção da relação comunitária e a relação associativa, assim como a noção de associação e sua ordem que segue uma composição administrativa particular.

A contribuição teórica de Pierre Bourdieu (1989) se torna necessária para pensar cultura, como um processo simbólico e sua legitimidade, assim como o conceito de poder simbólico que se instaura como poder que tende a consolidar a ordem do mundo social pela construção de uma realidade permeada por símbolos. Análises contemporâneas de suas obras também vão desempenhar um papel na argumentação teórica, como a proposta de Pimenta (2017) de refletir a questão da internet via conceitos bourdieusianos de campos, *habitus* e estrutura social. Sobre a discussão que envolve estudos migratórios no Brasil, os textos de Giralda Seyferth (2004; 2011) têm uma grande contribuição quando investiga a dimensão cultural do fenômeno das migrações e quanto sistematiza o papel das Ciências Sociais na discussão.

Por fim, é importante delimitar a história do MIGRER assim como sua atuação em prol das associações de emigrantes e seus descendentes, reunindo as referências citadas com dados e informações recentes, disponíveis na plataforma do próprio museu. A ideia de redes (das migrações, das instituições museais e das associações) complementa a investigação, ressaltando a importância dos canais de comunicação e informação para os três casos e o destaque para a criação e a manutenção de vínculos que sustentam as conexões entre os grupos e fortalecem sua formação.

Entender como os processos identitários se constituem historicamente e sua condução através das relações sociais compartilhadas por meio de um pertencimento comum e coletivo reforça a compreensão das estratégias direcionadas à legitimação de sua própria existência. A cultura se estabelece como ponto central e é a partir dos elementos atravessados por ela que se discute a ação dos indivíduos em prol da preservação e divulgação de suas origens identitárias como fator que consolida a história do município de Porto Real.

2. Sociologia cultural

2.1. Uma breve contextualização

A contribuição teórica e o espaço que as Ciências Sociais, em um contexto geral, estão conquistando ampliam, para além dos debates e entendimentos acerca de determinado tema, diferentes formas de analisá-lo. O resultado destas reflexões, que parte de perspectivas distintas, leva em conta as condições existentes de cada cenário e os movimentos históricos, sociais e políticos que continuam moldando os grupos em conjunto com os pensamentos consolidados de outras épocas e realidades.

Quando se trata de estudos da humanidade, a construção do conhecimento científico ganha um caráter diverso, abrangente e plural, ainda que de seguindo sua própria objetividade através de um rigor analítico e metodológico. As manifestações sociais e particularidades que definem o que é singular e o que é comum intrigam as pesquisas sociológicas que – a partir de diferentes lentes – tentam transparecer os sentidos, as demandas e as condições dos fenômenos sociais, culturais e políticos, explorando objetos de análise ligados às experiências de cada sociedade.

Um dos questionamentos de investigação que ressalta na Sociologia é a interação entre o âmbito cultural e o social, assim como as variações de sentidos que existem em cada cenário. Lidar com as circunstâncias a partir de suas relações de poder ou a partir dos valores e significados implicados no fenômeno social pressupõe distintos pontos de partidas e um esforço de compreensão, colocando em evidência múltiplos elementos que, de certa forma, estão interligados. A cultura, por exemplo, é um destes fatores responsáveis por fornecer a ampliação das perspectivas da análise sociológica, contribuindo para debates acerca do entendimento do mundo.

Os debates se espalham entre e nas disciplinas delimitadas, ofertando campos e subcampos caracterizados por suas metodologias e objetos; apesar das propostas dos programas se dedicarem a determinados casos de análise, com os limites e recortes necessários para a produção de conhecimento, dificilmente podem

ser concebidas como manifestações isoladas ou descoladas dos demais fatores históricos, políticos e/ou culturais. As fronteiras disciplinares servem como orientação e fornecem, a partir das tradições de pensamento, referências de produção científica ao refletir como as relações e ações sociais se desenvolvem, uma vez que são necessárias para a autonomia do saber (ORTIZ, 2004). As próprias tradições entram na discussão da pesquisa nas Ciências Sociais e são problematizadas por teóricos que promovem novas abordagens no campo.

A virada cultural ganhou força na década de 1980, surgindo como fenômeno que procurou inovar a compreensão acerca das questões cotidianas, a estrutura social e o lugar que o indivíduo ocupa nesta experiência. A virada direcionou os estudos sociológicos para uma análise dos fatores simbólicos, culturais e subjetivos da vida social, onde a noção da subjetividade para a construção e influência do comportamento humano se torna foco de investigação dos teóricos, ampliando a contribuição e a função das pesquisas do campo. A cultura como elemento central ganha destaque e, a partir dela, os estudos acerca das identidades individuais e coletivas, assim como as relações sociais e as instituições, são realizados na busca pela compreensão da complexidade da vida social.

O impacto desta abordagem ampliou a forma dos estudos acerca da sociedade e do comportamento humano, considerando, ao mesmo tempo, que apesar das contribuições da área terem sido bastante significativas para a formação de uma nova metodologia, a formação de críticas e preocupações em torno de interpretações excessivamente culturais, renegando os fatores econômicos e políticos. Os estudos acerca da interpretação cultural, no entanto, podem ser produzidos considerando as dimensões materiais, estruturais e econômicas da vida social por meio de uma síntese que associe a perspectiva cultural junto com os aspectos tradicionais¹.

Para Bennet (2008), a força da agência ganha um foco maior a partir deste período e os teóricos do campo investigam a capacidade que os indivíduos possuem de negociar as condições estruturais em que se encontram, reforçando uma identidade e um estilo de vida que transcendem a experiência estrutural. A virada

¹ “At the same time, it is clear that many are just as unhappy with a definition of culture as entirely systemic, symbolic, or linguistic. The focus on practice, narrative, and embodiment—whether of whole cultures, social groups, or individual selves—is meant to bypass that dilemma and restore a sense of social embeddedness without reducing everything to its social determinants” (BONNELL & HUNT, 1999, p. 26).

proporcionou novos territórios analíticos preocupados com a reflexividade, subjetividade e fragmentação cultural, nos quais a cultura ganhou mais centralidade no debate sociológico. A chave da virada cultural é considerar a cultura na inserção da vida cotidiana e não mais como uma "componente extraordinária" da vida social (FLEURY, 2009).

Antes, porém, as relações tradicionais que circundam as noções de texto e contexto ganharam questionamento com a virada linguística no final do século XIX e início do século XX, principalmente pela forma como a linguagem era interpretada: ela deixou de ser vista como descritiva e representativa para ter um papel mais denso, se tornando uma prática geradora. Este foi um dos motivos que, segundo Maia (2006), ocasionou grande impacto nas pesquisas que desenvolvem a noção da cultura, visto que o *texto* começou a ser abordado como objeto simbólico e proporcionou uma ampliação nesta vertente de estudos.

Na concepção do sociólogo norte-americano Jeffrey Alexander (2000), a sociologia da cultura – diferentemente da sociologia cultural – produz uma compreensão acerca da cultura que é deslocada dos domínios de significado e que, de forma equivocada, se limita ao estudo dos *contextos*, deixando de lado o entendimento dos *textos*. Neste sentido, o *texto* a que o autor se refere não se restringe àqueles escritos e formais, mas sim aos códigos e narrativas que o filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) descreveu como ações significativas.

Para Alexander (2000), a Sociologia sempre deve se dispor da dimensão cultural visto que toda ação, instrumental ou reflexiva, acarreta um mundo de significados que, se desconsiderados, proporcionarão um entendimento incompleto nos estudos das ações e das instituições. A sociologia da cultura, de um lado, se propõe a explicar como as estruturas da cultura são formadas a partir das demais (de ordem material), enquanto que a sociologia cultural, por outro, evidencia a estrutura da cultura e os significados em si para compreender a vida social tornando a noção de cultura uma variável independente; nesta perspectiva, “toda ação e toda instituição social só existe dentro de um horizonte simbólico de significação” (LIMA NETO, 2018, p. 350).

Ele afirma que, apesar da sociologia cultural e a sociologia da cultura compartilharem de um repertório comum que enaltece valores, código e discursos e de ambas considerarem o “*giro cultural como un momento nuclear en la teoría social*”, a segunda supõe a cultura como um conceito separado do domínio do

significado e subordinado às forças sociais mais “reais e tangíveis” (superestruturas e ideologias), isto é, como uma variável dependente de relações sociais externas visto que, segundo o mesmo autor, “a sociologia da cultura oferece um programa fraco no qual a cultura é uma variável tênue e ambivalente, sua influência é geralmente qualificada de forma codificada por jogos de linguagem obscuros” (ALEXANDER, 2000, p. 40, tradução da autora). Para Alexander (2000), a sociologia da cultura é uma tradição derivada do projeto “marxismo ocidental” em que a noção de cultura está vinculada às estruturas e ações sociais.

Desta forma, o sociólogo argumenta que um programa de pesquisa sólido a partir da sociologia cultural deve assumir que a cultura possui autonomia, ou seja, ela não é apenas um reflexo das estruturas sociais, mas sim um elemento ativo que molda as ações individuais e coletivas (sejam elas de caráter instrumental, reflexivo ou coercitivo) e instituições (de natureza impessoal ou tecnocrática). Em suas palavras, “somente uma sociologia cultural, afirmamos, pode oferecer um programa tão forte no qual o poder da cultura de moldar a vida social é proclamado com força total” (ALEXANDER, 2000, p. 40, tradução da autora). A segunda especificidade do programa forte de Alexander tem como intuito reconstruir *textos* sociais a partir da descrição densa, conceito demarcado pelo antropólogo Clifford Geertz (1926-2006), formulando códigos e narrativas a partir de uma “forma rica e persuasiva”. A terceira característica é buscar entender como a cultura realmente interfere nos acontecimentos, em vez de criar terminologias “elaboradas e abstratas” que forjam uma ilusão.

Segundo o autor, a falta do reconhecimento da dimensão de significados nos estudos sociológicos não nega sua existência, apenas não a reconhece, visto que, historicamente, a Sociologia – tanto na sua teoria quanto no método – tem sido produzida a partir da insensibilidade para com o significado. Este apontamento não significa que a dimensão simbólica tenha sido sempre desconsiderada: Talcott Parsons (1902-1979) foi um dos sociólogos que trabalhou na centralidade dos valores nas ações e instituições, sem explicar, porém, a sua natureza já que “ele e seus colegas funcionalistas observaram a ação de fora e deduziram a existência de valores orientadores, fazendo uso de estruturas categóricas supostamente geradas pela necessidade funcional” (ALEXANDER, 2000, p. 34, tradução da autora).

De acordo com Fernando Lima Neto (2014), a investigação voltada para a centralidade da atividade dos significados (*meaning-making*) da vida social

compreende os propósitos da sociologia cultural. Segundo o sociólogo, são duas vertentes que separam este campo que é caracterizado, de um lado, pela abordagem da cultura como uma variável independente (isto é, separando-a analiticamente da estrutura social). E, por outro, a partir de uma concepção mais ampla que considera todos os enfoques sobre cultura (que o autor vai chamar de *sociology of culture lato sensu*). Neste último caso, a preocupação dos estudiosos se volta para a integração entre cultura e estrutura social.

O foco na centralidade do sentido de produção e reprodução da vida social e a cultura como uma dimensão principal na abordagem permanece como fonte no campo da sociologia cultural (LIMA NETO, 2014), que é uma das particularidades emergentes na abrangência contemplada pelos estudos sociológicos. Nesta ótica, o trabalho parte da pressuposição de que o entendimento acerca das ações ou instituições referidas deve levar em conta, em um primeiro momento, códigos e narrativas para, posteriormente, considerá-los analiticamente.

A influência do pensamento de Alexander reforça a ideia da cultura como elemento chave para se pensar os processos sociais. Lima Neto (2018), todavia, relembra que a proposta de tomar a concepção de cultura como centro de investigação é feita no cenário norte-americano, mais especificadamente nos Estados Unidos, onde sua compreensão foi “relegada” como uma noção secundária na Sociologia, sem uma capacidade explicativa própria. No contexto estadunidense, a cultura não ganhou destaque nas análises sociológicas em meados do século XX, diferente do que aconteceu no Brasil e na América Latina em geral: “a temática cultural, associada ao dilema da identidade nacional, foi uma preocupação permanente da intelectualidade” (ORTIZ, 2004, p. 124).

No Brasil, segundo Ortiz (2002), a institucionalização da Sociologia é tardia se comparada com o desenvolvimento do pensamento sociológico na Europa e nos Estados Unidos. Nestes, a consolidação do campo ocorreu no final do século XIX e início do século XX, quando no Brasil, até a década de 1940 a produção em torno dos estudos das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, foi marcada pelo ecletismo e ensaísmo, por meio da junção e articulação dos temas da literatura, filosofia, dos discursos políticos e do beletismo.

Dias (1994) relata, a partir das contribuições do sociólogo Antônio Candido (1918-2017), que a divisão da sociologia brasileira pode ser concentrada em três períodos: o de formação (entre 1880 e 1930), de transição (na década de 1930) e de

consolidação (a partir de 1940). Aqui vale destacar que, na primeira fase, Sílvio Romero (1851-1914) se destaca não só pela sua contribuição dos estudos sociais no Brasil, como também por ter sido pioneiro ao tratar a cultura brasileira pela perspectiva sociológica em que compreende a arte e, especialmente, a literatura como categorias analíticas científicas da época.

Outro fator de importância na formação da disciplina foi a visita de professores intelectuais europeus e norte-americanos que se dedicaram a trabalhar em cima das questões brasileiras; um destes nomes, o sociólogo francês Roger Bastide² (1898-1974), teve grande atuação na Faculdade de Filosofia de São Paulo com pesquisas envolvendo processos culturais no campo das práticas religiosas, das artes e relações raciais (DIAS, 1994).

A institucionalização que ocorreu no país se prendeu em teorias centrais que proporcionaram um padrão de trabalho marcado por um caráter “universal”. No entanto, os questionamentos, problemáticas e objetos de análise se distanciaram, se caracterizando pelas peculiaridades e regionalismos de cada caso:

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, a Sociologia se ocupa de assuntos como divisão de trabalho, urbanização, industrialização, metrópole, racionalização, na América Latina nos encontramos diante de questões como mestiçagem, oligarquias, religiosidade popular, mundo rural. Se para os europeus e norte-americanos o fundamental foi explicar a modernidade, no caso latino-americano era a sua ausência, ou melhor, as dificuldades para construí-la, que chamava a atenção. (ORTIZ, 2002, p. 21)

O pensamento no contexto latino-americano foi voltado para a temática considerando as questões culturais – com a busca da identidade nacional – vinculadas diretamente aos assuntos políticos. O panorama se transforma na segunda metade do século XX, da transição das demandas de uma identidade nacional para a necessidade do reconhecimento e da defesa das identidades regionais. No contexto brasileiro, a relação entre identidade cultural e identidade nacional foi frequentemente analisada de forma indissociável, considerando os dois conceitos como sinônimos, diferentemente dos países europeus em que a expressão

² Obras importantes: *O candomblé da Bahia* (rito nagô) (1958), *Brasil, terra de contrastes* (1959) e *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações* (1960).

de identidade nacional, por conta de guerras entre as nações, foi historicamente vinculada à defesa contra ameaças externas, enquanto a identidade cultural se configurou como referência para demarcar as diferenças internas da nação (QUEIROZ, 1989 *apud* DIAS, 1994).

O conhecimento intelectual e a produção científica nos países latino-americanos foram condicionados à questão nacional a partir do processo de racionalização do Estado, do interesse dos grupos dominantes em superar tradições populares (com o intuito de se distanciar do passado mestiço) e na tentativa de solucionar as condições de subdesenvolvimento. Junto com a promoção da industrialização e modernização, esses fatores estavam diretamente vinculados ao tema da busca pela identidade nacional que se consolida como uma preocupação nos âmbitos políticos e acadêmicos, uma vez que compreendia a busca por um destino mais digno da nação (ORTIZ, 2002).

De acordo com Ortiz (2002), a questão em torno da identidade nacional foi fortemente assinalada pela política e, neste caso, discutir cultura (entendida como uma esfera de ação política) era o mesmo que discutir política. A partir de meados do século XX, a formação do Estado-nação foi deslocada por transformações do contexto nacional, considerando a distinção entre realidade e atuação política junto com a especialização das Ciências Sociais no Brasil e, assim como no contexto internacional globalizado, emergiu a luta pelo reconhecimento das identidades particulares em oposição a uma identidade total foi emergente.

No Brasil, como também na França, a problemática acerca da emergência do subcampo da sociologia cultural não ganhou destaque visto que, em ambos os casos, a noção de cultura sempre esteve presente no pensamento sociológico: “no Brasil, desde o início do século passado, as noções de cultura e poder também estiveram no centro das abordagens dedicadas a analisar criticamente o desenvolvimento da modernidade na periferia do capitalismo” (LIMA NETO, 2020, p. 4, tradução da autora). Utilizando os campos da sociologia política e do pensamento social brasileiro para refletir como o pensamento sociológico brasileiro interpreta as relações entre cultura e poder, Lima Neto (2020) fez um levantamento sobre trabalhos clássicos e contemporâneos que abordaram estas noções a partir da noção de cultura política, uma outra chave para se pensar os fenômenos da vida social e política no país.

A socióloga Maria Arminda Arruda (2001) afirma que os estudos na área da sociologia da cultura no Brasil cresceram muito na década de 1990 e, na tarefa de mapear o campo com a intenção de demonstrar os temas trabalhados e revelar tendências, faz uma trajetória analítica do campo da época. Ela reforça quando admite que, para além da disciplina em si, a compreensão sociológica da cultura compartilha sua reflexão com outros campos do saber ao mesmo tempo que constrói abordagens legítimas de sua própria condição. Teorizar a partir deste ponto é conferir centralidade às noções de representação, linguagem e imaginário, por meio de uma perspectiva analítica em que o universo de significação conquista um espaço na tradição de pensamento já consolidada.

Alexander (2000) reconhece como o trabalho contemporâneo de sociólogos culturais resgatou não só a lente *textual* (como tem trabalhado com diferentes tradições teóricas a partir dela) como também os *contextos* que, para além dos significados, ganham destaque nesses estudos. Em suas palavras, “as estruturas objetivas e as lutas gerais que caracterizam o mundo social real podem ser encontradas em cada fragmento de forma tão significativa quanto no trabalho de programas fracos” (ALEXANDER, 2000, p. 51, tradução da autora). Para o autor, são estes sociólogos que vão, de fato, orientar e reafirmar a produção de uma sociologia genuinamente cultural. Lima Neto (2014) relata que muitas contribuições recentes, a partir do final do século XX, que seguem o pensamento americano da sociologia cultural tendem a voltar seus estudos para a análise dos códigos culturais a partir das interações sociais, seguindo mais a linha de pensamento presente no contexto britânico.

Na abordagem da sociologia cultural, enquanto que no plano teórico a investigação ocorre via interações dinâmicas entre cultura e relações sociais, a metodologia – que conecta teoria e empiria – se reorganiza a partir de duas principais contribuições diferentes: a americana e a britânica (LIMA NETO, 2014). Os dois casos são referências acerca do tema e ambos entendem cultura como elemento fundamental para a Sociologia. No primeiro caso, no entanto, a crítica se volta para o tratamento da cultura como dependente de fatores externos (como os presentes na lógica da sociologia da cultura), defendendo a autonomia da cultura como uma variável independente – que explica ao invés de ser explicada –, separando-a da estrutura social. Em relação à tradição britânica, a análise se volta

para o questionamento das interações a partir dos códigos culturais, através da pela entre a articulação das estruturas sociais e culturais.

As dimensões são analisadas por diferentes lentes que proporcionam, cada uma a sua maneira e com suas interconexões, uma perspectiva analítica da formação das relações sociais e políticas do país. Com a instituição dos significados e como as categorias de estudos definidas seguem contextos e particularidades de cada região, envolvem-se as perspectivas de quem é de “fora” ou “dentro”. O sociólogo Renato Ortiz descreve uma perspectiva em relação aos Estudos Culturais que, para ele, “[...] nada têm de ‘universal’, mas são fruto de uma conjuntura específica, sobretudo norte-americana, e dificilmente poderiam reproduzir-se no Brasil e na América Latina da mesma maneira” (ORTIZ, 2004, p. 126).

O enrijecimento das fronteiras disciplinares e o processo exacerbado de especializações – em que há pouco ou nulo diálogo entre os diferentes campos do conhecimento – nos Estados Unidos, por exemplo, foi alvo das problematizações do movimento dos Estudos Culturais de onde se originou, assim como na Inglaterra. O mesmo não aconteceu no contexto latino-americano, pois esse movimento não conseguiu se solidificar como um campo considerando a falta de rigidez entre as fronteiras disciplinares no Brasil: “a passagem da Filosofia à Sociologia, da Ciência Política à História, da Antropologia à Comunicação, da Sociologia à Crítica Literária, não são casos de excepcionalidade, constituem quase que uma regra do campo universitário” (ORTIZ, 2002, p. 27).

Desta forma, muitos dos Estudos Culturais se interligam, produtivamente, a diferentes áreas de conhecimento no contexto brasileiro. A criação da Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais (CIEC)³ da UFRJ, sob direção de Heloísa Buarque de Hollanda, revela uma forte atuação de pesquisadores do campo da Comunicação Social para a área. Renato Ortiz, como uma das principais autoridades em relação a estes estudos no Brasil, reconhece o protagonismo das escolas de Comunicação no âmbito dos Estudos Culturais e as tensões entre este e as Ciências Sociais, que a deixou na periferia do seu campo (WORTMANN et al, 2019).

³ Atualmente intitulado Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (Ciec), ver mais em: < http://www.pos.eco.ufrj.br/site/nucleos_de_pesquisa.php?id=1 > Acessado em: 10 nov. 2023.

Com o intuito de pesquisar as interações dinâmicas entre códigos culturais e ações sociais no plano teórico a partir da metodologia de análise da cultura à luz das relações de poder, Lima Neto (2020) identificou e classificou duas visões opostas que associaram cultura política com valores patriarcais, autoritários e discriminatórios no Brasil: o culturalismo e o institucionalismo. A visão culturalista parte da premissa que instituições são guiadas pelos valores culturais, na ideia de uma estrutura cultural, enquanto a visão institucionalista defende que as instituições – e suas relações de poder – produzem estes códigos, a partir da noção de ideologia. Neste sentido, o autor esclarece que:

Levando em conta que a sociologia cultural é a análise da construção social de significados que estão associados a fenômenos históricos, busco compreender as variações de significado em relação às noções de cultura e poder e suas implicações para a sociologia brasileira. (LIMA NETO, 2020, p. 6, tradução da autora)

No caso do culturalismo, a cultura é colocada em evidência como fator que prevalece sobre as relações de poder, isto é, “identificam relações de poder que são orientadas por códigos culturais fundados em afetos e paixões e não em disciplina e racionalidade” (LIMA NETO, 2020, p. 8, tradução da autora). A tradição culturalista da sociologia política brasileira reconhece a formação e a autonomia da cultura nacional como uma dimensão estruturante das relações sociais. Em contrapartida, o institucionalismo aparece como uma linha de pensamento da sociologia política e do pensamento social brasileiro como uma abordagem histórica que vai criticar a tradição anterior, destacando as instituições e as relações de poder como formadoras dos códigos culturais nacionais⁴.

Assim, na teoria clássica brasileira, Gilberto Freyre (1900-1987) e sua abordagem sobre a miscigenação das raças na formação social do Brasil e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e a cultura da personalidade levantam uma compreensão, a partir do culturalismo, das consequências do viés cultural herdado que estruturou o processo de modernização brasileira. Nos anos 1930, a geração de intelectuais citados, junto com Caio Prado Júnior (1907-1990), enfrentou a

⁴ Raymundo Faoro (1925-2003) com o estamento burocrático e o coronelismo formulado por Victor Nunes Leal (1914-1985), relatam, a partir da tradição institucionalista, como os fenômenos históricos consagraram um cenário onde as relações de poder condicionam fatores culturais da sociedade (LIMA NETO, 2020).

problemática cultural brasileira ao mesmo tempo em que buscava na construção da modernidade uma nova linguagem:

Com eles, o modernismo deixa de ser o estilo avançado da literatura, na medida em que chega ao ensaio; o movimento das vanguardas, que na origem foi acentuadamente nacional, ofereceu condições propícias à conformação das nossas peculiaridades; finalmente, pôde-se construir uma imagem do país em moldes positivos, o que não significa *ipso facto* perspectiva otimista, mas que não resultasse de uma visão originada no reconhecimento das incompletudes da nossa história, urdida no espelhamento das experiências forâneas. (ARRUDA, 2004, p. 110)

A partir também das contribuições do sociólogo Antonio Candido (1918-2017), Arruda (2004) afirma como a consolidação do campo intelectual no país ocorreu simultaneamente com a formação do pensamento brasileiro no período dos anos 1930, que se caracteriza pelo engajamento modernista. Os então conhecidos como “intérpretes do Brasil” desta tradição buscaram lidar com as questões culturais, sociais e políticas e de consolidar a sociedade moderna no país, assumindo um movimento considerado “[...] como expressão mais genuína da nossa cultura, introdutora de verdadeira ruptura do tecido cultural, representante dos cânones mais avançados nos centros hegemônicos” (*ibid.*, p. 111).

As obras de interpretação do Brasil desta época reforçaram a singularidade da formação da sociedade brasileira realçando, principalmente, os eventos históricos do século XIX que condicionaram as transformações políticas do país. A contribuição dos teóricos⁵ no período da transformação do Brasil Império para o Brasil República ressalta a importância da sociologia dos intelectuais para a percepção das condições de modernização do país. A formação desta sociologia pode ser atestada a partir da perspectiva da formação da intelectualidade brasileira desenvolvida pelas experiências que circundaram os contextos marcados pelas desigualdades sociais e raciais e da trajetória pessoal e profissional dos próprios intelectuais.

De acordo com Maia (2006, p. 66), “de uma forma geral, o campo da sociologia da cultura no Brasil não foi tão fortemente marcado pelas repercussões

⁵ Alguns dos principais nomes desta época são André Rebouças (1838-1898), Alfredo Taunay (1843-1899) e Joaquim Nabuco (1849-1910).

mais radicais da implosão textualista, embora tenha se valido dos cruzamentos com a teoria literária e com a história intelectual”. O autor acredita que o desenvolvimento intelectual acerca da sociologia da cultura no país está associado à uma hermenêutica da tradição reflexiva nacional que revela questionamentos acerca da nossa posição e experiência periférica, uma particularidade que não está presente nas sociedades modernas centrais.

A preocupação com o desenvolvimento dos países periféricos na década de 1950, junto com o enfrentamento ao colonialismo, atingiu o pensamento de intelectuais que voltaram seus estudos para a cultura em debates e reflexões mais amplas, implicando a formulação de projetos políticos e novas condições no próprio agir político-cultural (DIAS, 1994). A busca pela autenticidade cultural, em oposição ao caráter da relação colonizadora, foi se fortalecendo pelos valores nacionalistas – distante de uma vertente fascista – no esforço do desenvolvimento de suas potencialidades e da autodefesa.

A cultura, no movimento da formação da identidade nacional, ganhou centralidade no engajamento e na contribuição dos estudos dos intelectuais modernistas. Posteriormente, a institucionalização da disciplina no campo universitário junto com a implementação dos programas de pós-graduação por volta das décadas de 1970 e 1980, no entanto, acabou reforçando e favorecendo uma investigação dos temas “tradicionais” das Ciências Sociais, no qual o desenvolvimento, a modernização, as classes sociais e a democracia ganharam amplo espaço. Ortiz (2002) indica que a influência marxista pode ter provocado, mesmo que inconscientemente, o isolamento da temática da cultura como uma posição secundária e recortada em outras subdivisões.

Tendo em consideração que não existe realidade em si, mas sim importação de sentido associado às relações de mundo, cultura e poder são dois fatores problematizados nas Ciências Sociais que possibilitam em sua especificidade científica a coexistência de duas ou mais teorias sobre um mesmo tema. O simbólico no questionamento entre cultura e poder ganha uma posição central para a compreensão do pensamento sociológico e a sociologia cultural emerge com o intuito de fortalecer essa interpretação; a cultura deixa de ser reduzida às condições externas e se torna um ponto de partida para a interpretação e o entendimento das estruturas de relações de poder.

O reconhecimento de novas abordagens sobre a cultura abre o horizonte e ressignifica os movimentos e valores que predominam nas sociedades. Nas teorias de migração, como Seyferth (2011) afirma, a noção de cultura está voltada para as ideologias de pertencimento e seus usos nos contextos de desigualdade do Estado-nação. Da mesma forma, Fleury (2009) afirma que a cultura dos grupos sociais, a partir de uma percepção particularista, e sua contestação ou adesão à ordem social vigente, a partir da dimensão política e cultural, viabiliza a formação de uma resistência, principalmente, das culturas populares. Os laços de afinidade e os traços perpassados entre os descendentes, tais como o idioma, os hábitos alimentares e a própria visão de mundo, sofrem transformações no contexto da migração independentemente de sua natureza.

No cenário mais recente e atual, a tendência de tratar a cultura como um tema secundário foi esvaindo, marcando, para Ortiz (2002), um aspecto positivo de renovação de um saber analítico mais integrador das Ciências Sociais, e não mais tão fragmentado. Em um posicionamento mais ousado, Fleury (2009, p.13) questiona se "pode-se, aliás, conceber uma sociologia que não permita um lugar destacado aos fatos da cultura?" e responde logo em seguida que "se se concorda que as modalidades de organização adotadas pelos homens - a maneira segundo a qual vivem e pensam a vida e o mundo - se referem à cultura, então qualquer sociologia coloca a cultura no cerne de sua análise" (*ibid.* p. 13-14). O sociólogo francês afirma como a noção de cultura provoca os trabalhos mais abundantes e contraditórios das Ciências Sociais, ponderando a importância de entendê-la como objeto analítico na origem da sociologia.

Ajustar a discussão teórica conceitual da Sociologia para entender o processo histórico das relações sociais, culturais e de poder é um desafio, mesmo com toda contribuição e esforço dos intelectuais das diferentes áreas no campo. Este caminho envolve assentar a análise nas teorias e ajustar a problemática nas tradições de pensamento existentes e emergentes, tal como entender e assumir o papel da própria reflexividade presente nas Ciências Sociais. As formas de abordagem sociológica sobre as variadas temáticas também refletem a discussão sobre o lugar e a perspectiva dos indivíduos, e ampliam o panorama de compreensão do mundo.

2.2. Arte, cultura e política

Os estudos dedicados à noção de cultura no universo das Ciências Sociais, consolidada como um campo autônomo há um pouco mais de um século, foi desenvolvida em um ritmo diferente em comparação a outros fatores de investigação dentro da Sociologia, tais como as preocupações com a divisão do trabalho, industrialização, metrópole, mercadoria, capitalismo, modernidade, partidos políticos, entre outros. A dimensão que captura o interesse e mais se aproxima da ideia de cultura é a do mundo da arte, que em certo ponto se caracteriza pela sua superioridade se comparado a outros domínios sociais e culturais, visto seu poder de distinção (ORTIZ, 2002).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) consolida em sua abordagem o esforço de entender e apresentar o que é a sociedade e o que é o fazer sociológico por meio dos conceitos formulados, demarcando uma teoria fundamental para a compreensão do empírico e das práticas sociais para além do sentido abstrato e filosófico das pesquisas. Bourdieu (1996) procura retratar as transformações dentro do campo da arte na forma de considerar a própria arte entendendo a dinâmica nas balanças de poder e na interação entre os artistas, visto que as sujeições do campo do poder no campo literário decorrem das trocas que acontecem entre os sujeitos (sejam artistas, escritores e poderosos) nos salões literários de meados do século XIX na França.

O salão, na sua observação, se consolida não só como o ambiente onde os envolvidos se reúnem por afinidades, mas também como um espaço de articulação entre os campos: “[...] os detentores do poder político visam impor sua visão aos artistas e apropriar-se do poder de consagração e de legitimação que eles detêm [...]” enquanto os artistas e escritores “[...] esforçam-se em assegurar para si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado” (BOURDIEU, 1996, p. 67). Desta forma, o campo literário se estabelece como um campo relativamente autônomo, ao mesmo tempo em que relativamente dependente dos campos econômico e político, pois estes fornecem a percepção de uma coexistência antagônica dos modos de produção da economia antieconômica da arte pura e da razão econômica das indústrias literárias e artísticas, com direcionamentos e lógicas inversas em seus movimentos.

Com o trabalho de investigação das atividades intelectuais e artísticas pela perspectiva sociológica e sua construção de uma nova proposta de teoria de síntese na busca pela superação das dicotomias da direção ao estabelecimento de um pensamento crítico e reflexivo, “[...] Bourdieu pretendia elaborar um modelo de encaixe e interpretação dos fatores sociais retidos como pertinentes para dar conta de um dado estado da cena intelectual” (MICELI, 2003, p. 64).

Considerando o sistema de relações e posições, o campo intelectual como conceito-chave para decifrar os elementos presentes na prática do artista (e não só suas individualidades singulares) foi determinado como um mecanismo de significações “[...] capaz de nomear, na íntegra, o território de condições e práticas inerentes ao objeto sociológico por excelência de uma nova teoria do social” (MICELI, 2003, p. 65). A ideia de campo bourdieusiana, mais ampla do que o campo como um recorte de onde se faz ou remete comumente a pesquisa, é consolidada como um estado total no qual relações subjetivas se constituem e são construídas de tal maneira que produzem uma certa autonomia, também influenciada por outros campos. Para Bourdieu,

O conceito basilar de “uma ciência rigorosa dos fatos intelectuais e artísticos” deveria permitir uma análise tríplice: primeiro, acerca da posição dos intelectuais e artistas na estrutura da classe dirigente; segundo, a respeito da concorrência interna entre as diversas categorias e grupos em torno da legitimidade cultural; terceiro, a construção do *habitus* como sistema de disposições socialmente constituídas de um grupo de agentes. (MICELI, 2003, p. 65)

No Brasil, a especialização das Ciências Sociais no final do século XIX, por meio do reforço do rigor científico e da própria legitimação do campo perante as demais áreas do saber (em especial as ciências da natureza), acabou por distanciar-se dos estudos do folclore, que estavam situados no marco da cultura popular, caracterizada por ser uma semiciência (ORTIZ, 2002). Nos países “centrais”⁶ europeus (França, Inglaterra, Alemanha), o folclore acabou sendo marginalizado no sistema de conhecimento provocando uma ausência da produção desta temática em sua tradição, diferente do que acontece com os países do leste e sul do mesmo continente, onde a cultura popular floresce aliada à questão nacional.

⁶ Nas palavras do próprio autor, “[...] (utilizo o termo entre aspas pois com a globalização ele torna-se cada vez mais impreciso)” (ORTIZ, 2002, p. 26).

No que se refere ao envolvimento da preocupação nacional no Brasil, Ortiz (2022) indica como a arte foi “contaminada de política”, em um cenário em que os pensadores e intelectuais do país, na tentativa de elucidar o impasse da identidade nacional, fizeram um levantamento de temas, entre eles o da cultura, como um elemento intrínseco às questões políticas. Desta forma, o caso da América Latina se aproxima mais dos países periféricos europeus, considerando que as tradições populares, as culturas indígenas e as heranças africanas foram classificadas como fatores de entrave para a modernização almejada pelas elites vigentes: “posto que o mundo rural, o sincretismo religioso, a diversidade indígena e a mestiçagem nada têm de “resquícios do passado”, sendo na verdade forças atuantes do presente, dificilmente essa dimensão da vida social poderia ser negligenciada” (ORTIZ, 2002, p. 22).

O tópico da cultura também está presente como um assunto central na temática dos estudos do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), principalmente nas formas de racionalização das civilizações e na formação do homem pela cultura, além dos questionamentos acerca da significação cultural dos fatos e do desencantamento do mundo:

Num comparatismo sociológico, ele examina igualmente como o confucionismo e o taoísmo modelaram outro tipo de homem, como o fizeram, de modo específico e diferenciado, o budismo e o hinduísmo, assim como o judaísmo antigo, o catolicismo ou ainda o islamismo. Descobrimo assim que cada uma das grandes civilizações modelou um tipo de homem, Weber instala a questão da cultura no cerne de suas problemáticas. De tal forma que, quando se interessa pelo capitalismo, é a "significação cultural do capitalismo" que lhe importa [...]. (FLEURY, 2009, p. 27)

A atividade de significados, todavia, é analisada para além de seus estudos sobre religião: “Weber se concentra em valores e crenças para fornecer uma teoria sociológica que busca entender as ligações entre poder e cultura na forma como as relações sociais são construídas” (LIMA NETO, 2014, p. 930, tradução da autora), tomando cultura e reflexividade como pontos de partida em sua abordagem. O sociólogo não considera uma “essência das coisas” ou uma “realidade própria” na vida social. Pelo contrário, há uma atividade subjetiva que provoca significados que são condicionados culturalmente (e não apenas racionalmente) pela ação social:

“para Weber, os valores precisam se reconhecer como valores a fim de avaliar suas próprias implicações” (LIMA NETO, 2014, p. 930, tradução da autora).

Deste modo, as noções a partir da perspectiva weberiana são estabelecidas onde a cultura é caracterizada pelos meios de ser, pensar e agir levando em conta interesses ideais e materiais e o poder como forma de dominação e legitimação através do exercício da autoridade (LIMA NETO, 2020). A necessidade de produzir interpretações sobre fenômenos da sociologia como uma ciência empírica, a partir da perspectiva hermenêutica, reforça a especificidade da ciência da cultura em Weber, em que o sociólogo pensa todas as instâncias do comportamento humano a partir da teoria da ação social.

O professor de sociologia cultural da *School of Humanities, Languages and Social Science at Griffith University* na Austrália, Andy Bennet (2008), desenvolveu um trabalho com o intuito de investigar a partir da abordagem focada na sociologia cultural as contribuições sociológicas acerca da música popular – que ele reconhece estar relacionada também à perspectiva dos Estudos Culturais. A música popular, considerada por muitos teóricos deste campo como um reflexo da realidade, se tornou um rico objeto de análise para o entendimento entre música e cultura visto a construção dos discursos e representações que são feitas a partir dela. Todavia, esta percepção foi confrontada por embasar o gosto musical coletivo em estruturas subjacentes e em cortes de classe.

Da mesma forma, a percepção da linguagem apenas como denotação ou reflexo do mundo social é questionada por outros autores tanto da área da Antropologia como da Sociologia. A defesa dos códigos de comunicação, e da linguagem propriamente dita, como parte da experiência social em si, do mesmo modo que se faz a indagação entre cultura e realidade, é vista nos estudos do antropólogo Clifford Geertz (1926-2006) que reforça a necessidade de uma ciência social interpretativa na busca pela compreensão da cultura como um texto: “a antropologia cultural defendida por Geertz é, portanto, uma hermenêutica de interpretações, um diálogo entre universos linguísticos ou, como prefere o próprio autor, uma ‘interpretação de segunda ou terceira mão’” (MAIA, 2006, p. 55).

Dias (1994) afirma que muitos sociólogos da cultura empregaram em suas pesquisas a dimensão histórica e desenvolveram nestes estudos um panorama muito próximo da antropologia social. O autor reforça que as pesquisas sociológicas sobre manifestações culturais das esferas da arte, literatura e da cultura popular competem

com a abordagem de outras disciplinas (Antropologia, História, Comunicação, Filosofia etc.). Diferentemente da Antropologia, a Sociologia encontrou mais dificuldade epistemológica na definição cultural, uma vez que o conceito antropológico de cultura foi o que predominou nas Ciências Sociais, nos quais o fato cultural foi compreendido mais como modo de vida dos grupos sociais do que uma especialização em si.

A linha é tênue quando se pensa cultura pela lente antropológica ou sociológica e Lima Neto (2018) esclarece que, de acordo com o pensamento de Alexander, esta distinção confere “[...] à primeira a tarefa de explicar padrões simbólicos da vida em sociedade, enquanto que a segunda estaria destinada a explicar o que fosse entendido como interações da vida social” (*ibid.*, p. 349). Assim, percebe-se a cultura não só como referência de pertencimento do mundo, mas como possibilidade de experimentar o mesmo. A cultura é entendida como dimensão da ação, e não apenas como um objeto da mesma.

Maia (2006) relata que a sociologia cultural defendida por Alexander também considera a própria ação social como prática de códigos e narrativas simbólicas, sendo entendida como texto cultural instanciado. Adotando uma postura crítica, Alexander propõe que as ideias não devem ser consideradas como meras representações, mas sim como atos formativos, destacando o papel da agência e a constituição da vida prática no mundo simbólico. A contribuição feita pelo sociólogo norte-americano “[...] não apenas questiona a perspectiva que vê as ideias como ‘reflexos’, mas destaca o próprio papel ‘ativo’ delas, reorientando a direção das explicações causais clássicas” (MAIA, 2006, p. 56).

Partindo da mesma lógica, outros pesquisadores trabalharam com o potencial mais amplo da música popular citada anteriormente: ela não é mais entendida apenas como este espelho numa representação pré-determinada de seu público e sua realidade, mas compreende um processo subjetivo onde a audiência possui uma relação de reflexividade e criatividade com a mesma: “a energia emotiva que o público investe nos textos musicais é fundamental para a função destes últimos como transmissores de significado no mundo social cotidiano” (BENNET, 2008, p. 425, tradução da autora).

Da mesma forma, Dias (1994) ressalta a cultura popular não como a representação da realidade em processo, mas sim como um movimento de atitude crítica perante as desigualdades, na qual era utilizada como meio para a participação

popular na tentativa de despertar a consciência política, potencializando sua centralidade e independência na compreensão dos grupos sociais. No campo da Comunicação, Rocha (2011) descreve que a abordagem da cultura popular leva em conta uma associação com a cultura de massa, juntamente com a atuação da indústria cultural no papel de proporcionar ou não uma inclusão das narrativas da primeira, em um movimento contrário da divulgação dos ideais culturais de um grupo dominante:

No cruzamento dessas influências, caminha a sociologia da cultura brasileira, desde os já citados estudos sobre intelectuais, passando pelas análises dos diferentes campos de produção cultural em vias de autonomização, como a moda, a dança e o cinema, até os estudos sobre políticas culturais e sobre as culturas populares na sua interface com o Estado e com o mercado. (ROCHA, 2011, p. 466)

Os estudos do campo da sociologia política também estão interessados em observar as lógicas simbólicas do poder resultantes das manifestações, celebrações, protestos e outras cerimônias políticas que provocam sentimentos e emoções pelos que estão envolvidos, sejam pelos ideais ou valores exaltados (BOTELLO & MAGNONI, 2015). Assim, é possível adotar e analisar o tratamento da cultura como fenômeno integrador e passível de mediações nos contextos políticos, já que a relação entre os fenômenos de cultura e poder não se anulam, pois estão interligados um ao outro.

Estes eventos políticos são vistos como rituais e os objetos que presentes neles (tais como bandeiras, adesivos, panfletos e cartazes) expressam as convicções de determinado grupo, sintetizando um sentimento comum aos valores políticos explícitos (BOTELLO & MAGNONI, 2015). Os mesmos autores, no entanto, relatam que nas sociedades modernas o modelo de ritual pode se limitar frente à pluralidade de semânticas e estratificações em relação ao objeto, até mesmo pelos pares. O ritual político, no entanto, não deixa de ser compreendido como uma representação cultural e pode ser reconhecido pelo conceito de performance:

Assim, o ritual político pode ser entendido como uma performance: uma sequência complexa, parafraseando Turner (1988), de modos de ação simbólica que traz à mesa classificações, categorias e contradições de processos culturais ligados ao exercício do poder. (BOTELLO & MAGNONI, 2015, p. 63, tradução da autora)

Na pesquisa, os autores pretendem, a partir da noção de performance política, investigar como a percepção do ritual político é produzida pelos atores, isto é, como o ritual é recebido e decodificado, adotando como critério para a distinção desta percepção a imagem, posição ou argumento em que a performance representa (BOTELLO & MAGNONI, 2015). Os autores partem do conceito de autenticidade para analisar a dicotomia entre ação racional e ação simbólica na produção da ordem simbólica que, quando acontece, se caracteriza pelas esferas normativas ou cultural; caso contrário, esta ordem é entendida por sua racionalidade estratégica.

A ideia da performance na pesquisa apresentada pelos autores não só supõe encenações dos conflitos de poder, como também uma estrutura de direitos distinta entre os indivíduos e suas referências sociais, nas quais a consolidação e o envolvimento dos atores nos conflitos envolvem os efeitos emocionais que dependem da transmissão de códigos confiáveis (ou verossímeis) para o público (BOTELLO & MAGNONI, 2015). Neste mesmo sentido, a preferência musical não deve ser limitada apenas como um produto da estrutura social, mas como uma forma de expressão na qual os indivíduos são capazes de construir ativamente sua identidade e seu estilo de vida no contexto da modernidade tardia (BENNET, 2008).

Esta dualidade é vista por Alexander como uma ideia na qual o ator age a partir de uma cultura internalizada ou por interesses estratégicos e racionais. Sugerindo como alternativa à lógica de oposição, que mais do que atribuir se uma performance resulta do ambiente cultural ou da racionalidade estratégica, é importante examinar como ela é percebida e avaliada pelos demais atores presentes na sua ação, seja de forma direta ou indireta: “para esse autor, uma performance é um processo social no qual os atores, individual ou coletivamente, exibem um senso consciente ou inconsciente de sua situação social em relação aos outros” (BOTELLO & MAGNONI, 2015, p. 63, tradução da autora).

De acordo com Lima Neto (2018), Alexander propõe um modelo de Sociologia que interpreta a cultura como elemento presente na raiz dos mais variados fenômenos sociais da vida cotidiana, nos âmbitos da política, economia, entre outros. Quanto à produção desta perspectiva no campo artístico, sob a ótica da sociologia pragmática crescente na década de 1990 na França, e com base nas pesquisas empíricas e observações das ações em cada contexto, a socióloga francesa Nathalie Heinich (2014) apresenta um estudo da sociologia da arte para demonstrar

como a arte contemporânea não é apenas um fenômeno do fluxo cronológico histórico, mas sim um novo paradigma para a compreensão sobre a arte. A ótica do pragmatismo a auxilia quanto à descrição da relação íntima entre objetos e ações humanas para a compreensão do conjunto de estruturas, incluindo a simbólica, na relação que parte da arte.

Um exemplo demonstrado é a exposição dos *ready-mades* do pintor francês Marcel Duchamp (1887-1968), transformando objetos manufaturados da vida cotidiana da época em obras de arte, em paralelo ao posicionamento crítico à própria arte sacralizada e tradicional. Em relação a história que o artista teria declarado “Isso é arte!” sobre sua ideia inusitada na exposição de 1917, a autora relata:

Duchamp não disse nada: ele fez algo (comprou o mictório, pintou nele sua assinatura e a data, levou-o ao saguão onde o *Salon des Indépendants* recebia as obras de arte em Nova York e o instalou numa posição inversa); depois, após o mictório ser abandonado num saguão (não, porém, recusado, pois não havia júri), fez com que outros agissem. (HEINICH, 2014, p. 374)

Ela informa que seu papel não é de criticar, avaliar ou interpretar, mas sim compreender as relações, estruturas ou, como descreve, os *frames* invisíveis pertinentes neste tema. A arte contemporânea ganhou um novo significado, superando a marca de mais um período artístico, para se tornar um novo modo de prática artística (HEINICH, 2014). Reduzi-la a um período histórico ou a artistas em vida seria um equívoco, visto que a mesma engloba a produção de artistas falecidos e compartilha, na atualidade, uma produção articulada com outras vertentes artísticas, tais como a arte clássica e a arte moderna.

A arte contemporânea se caracteriza por exigir que o artista, nas palavras da socióloga, “[...] ultrapasse os limites do senso comum, não da figuração clássica, como no caso da arte moderna, mas da própria noção de arte, inclusive a exigência moderna de um vínculo entre a obra e a interioridade do artista” (HEINICH, 2014, p. 377), rompendo com a tradição clássica e moderna ao reconhecer a necessidade do papel das mediações para a sua concretização. Deste modo, ela transforma o mundo da arte quando se despreza da consolidada categoria estética tradicionalmente predominante e expande seu propósito para além do objeto proposto, com todos os eventos, ações, interpretações que ele provoca. Neste caso, a arte é mais do que a questão estética em si do que pode ou não ser considerado

arte. A sua lógica está para além da existência do próprio objeto, sendo considerada a partir de uma experiência ou um ato. O problema das reproduções, que extrapola a materialidade do objeto – como acontece na arte tradicional – é o contexto na forma de explicar o momento e replicá-lo.

Associando ao conceito de *habitus* como um conhecimento adquirido e um haver, indicando uma disposição incorporada de um agente em ação, construído em função de um campo (BOURDIEU, 1989), pode-se desenvolver os processos de redefinição, ressignificação e transformação das ações que movimentam a estrutura, permitindo uma fricção da agência no meio da estrutura existente no campo, incluindo neste processo os elementos simbólicos e culturais. A sociologia da cultura ganha forma como uma especialidade ao longo do século XX no qual a literatura, a pintura e a arte se destacam na centralidade dos estudos no ganho “[...] de um estatuto privilegiado, transformando-se em padrão de avaliação, de mensuração, das outras expressões culturais existentes” (ORTIZ, 2002, p. 20).

3. Museus e a história de Porto Real (RJ)

3.1. Museu, tecnologia e migrações: os casos do Brasil e da Itália

A ideia de museu e a compreensão tanto do seu potencial, como das funções que exerce, passou por diversas transformações e apropriações que seguiram o ritmo dos contextos históricos. De acordo com Santos (2004), os posicionamentos críticos em relação aos museus não são recentes: desde dos anos 1970, foram muitos apontamentos acerca do seu papel na manutenção e reprodução de classes hegemônicas, assim como a visibilidade e legitimidade que conferia ao que deveria ser digno de ser estudado, contemplado e protegido. Posteriormente, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação em massa, previa-se o seu desaparecimento ou sua associação como algo do passado. Todavia, de acordo com a autora, este avanço permitiu uma mudança no seu sentido contemporâneo e a instituição se aproximou cada vez mais do público.

Os museus, segundo o museólogo Mário Chagas (1985), como instituições que se caracterizam por serem “guardiãs” dos fatores representativos de uma cultura e sociedade e por apresentarem as diversas formas de relações humanas, retratam um inconsciente coletivo, conceito do psiquiatra suíço Carl Jung (1875-1961), que representa um “substrato psíquico comum” a todos e permite traçar uma analogia entre os símbolos e a própria possibilidade de compreensão dos seres humanos. Na museologia, segundo Chagas, existem duas abordagens distintas e complementares sobre a perspectiva do enfoque de investigação: a primeira considera o objeto de estudo como ponto inicial para fomentar um problema de pesquisa; e a segunda, o objeto como ponto de chegada e produto final de determinada pesquisa, enriquecendo, de certa forma, as finalidades de compreensão sobre o mesmo.

Chagas (1985) afirma que o estudo da museologia interage e contribui a partir de uma relação recíproca com outras disciplinas, como a Sociologia, considerando principalmente as instituições de museus que funcionam dentro de um “sistema aberto” e que compreendem de forma clara a interação entre museu e sociedade. Em vez de se limitar à conservação e preservação de coleções, o museu

pode ser visto como um espaço dinâmico que estimula o desenvolvimento físico, mental e intelectual dos visitantes, complementando sua função educativa, visto que o mesmo “[...] apresenta-se como um centro de conhecimento, onde as mais variadas ciências encontram um veículo não-formal, ainda que seguro, para se transmitirem às gerações presentes e futuras” (*ibid.*, p. 188).

A relação entre a criação dos museus junto com a consolidação dos Estados nacionais ganhou espaço visto a correlação entre a necessidade de ordenar, civilizar e disciplinar grande parte da população (SANTOS, 2004). No contexto da América Latina, o Brasil se destaca por não ter seguido o movimento dos países vizinhos quando optou por não romper com os regimes anteriores e, em especial, com as raízes e heranças portuguesas. O mesmo aconteceu com as políticas de preservação e conservação dos patrimônios brasileiros em geral: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) na década de 1930 direcionou medidas políticas para a proteção de patrimônios de abrangência nacional em detrimento das manifestações regionais, evidenciando o legado cultural europeu no país.

É durante o Estado Novo que ocorre a institucionalização da cultura e do esforço pela formação de uma identidade nacional pautada e legitimada pelo patrimônio cultural e histórico. Todavia, as primeiras instituições culturais brasileiras – Biblioteca Nacional (1810), Escola Nacional de Belas Artes (1816) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) – foram criadas ainda no século XIX com a chegada da corte portuguesa no Brasil e tiveram um papel importante para o tratamento e organização de documentos e obras artísticas presentes no país (TOLENTINO, 2008).

Os museus criados a partir da década de 1930 foram conduzidos para o enaltecimento da memória nacional adotando discursos, narrativas e personagens heroicos da história brasileira. A questão nacional foi o fator fundamental e imprescindível em torno da criação das instituições culturais neste período. Neste contexto, os museus foram consagrados como espaços privilegiados de representação, divulgação e exposição dos traços, valores, objetos e riquezas, retratando a totalidade do país ao reforçar um sentimento coletivo de pertencimento (SILVA e PINHEIRO, 2013).

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a possuir um importante conjunto de museus e a realizar uma Bienal de grande alcance e com uma variedade

de obras nacionais e estrangeiras, de clássicas à contemporâneas (SANTOS, 2004). No final da década de 1940, três museus foram inaugurados e se mantiveram como modelos de referência na área e que, diferentemente dos demais casos, contaram com investimentos de instituições privadas na sua fundação: o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio).

Na mesma época, em 1946, foi criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM) como uma organização não governamental da qual o Brasil faz parte desde então. Para além de elaborar definições, conceitos e metas para uma ação sustentável no campo, o ICOM promove e orienta a prática museológica a partir de uma contribuição diversa e democrática e obtém informações e dados que auxiliam a visualizar o desenvolvimento e a transformação dos centros e instituições da área. Desta forma, a compreensão é cada vez mais discutida e a pluralidade do que hoje pode ser considerado como museu é ampla: monumentos, jardins botânicos, zoológicos, reservas naturais, aquários, planetários, centros científicos, centros culturais, galerias, entre outros podem ser classificados como instituições museais (SANTOS, 2004).

O museu como instituição que confere validade e valoriza elementos culturais de determinados locais, reforçando a concepção cultural dominante reproduzida na distinção hierárquica entre os grupos sociais. Nas palavras de Pozzer (2012), “a ação museal, como todas as ações preservacionistas, seleciona e legitima determinada cultura, buscando através da inculcação formar o *habitus* do indivíduo de acordo com a cultura oficial, ou seja, dominante” (*ibid.*, p. 7). A compreensão de que códigos culturais não devem ser impostos por agentes privilegiados que buscam a manutenção de seus benefícios, mas que devem ser apropriados, legitimados e valorizados em sua abrangência pelas diferentes classes sociais, ganha força com a implementação e formulação das políticas públicas e seus aparatos institucionais.

Nesse sentido, o papel dos museus na sociedade passou por transformações se adaptando às exigências de cada contexto, principalmente quando a discussão acerca do tema ganha forma mais ampla. Santos (2004) afirma que a partir dos anos 1970, o formato de conservação das coleções e o modelo educacional dos museus enfrentaram instabilidades visto que, na época, estas funções eram atravessadas por interesses e discursos oficiais que não seguiam princípios da democracia. As novas

intervenções foram impulsionadas a partir desta crítica e esforços foram direcionados para melhorar a comunicação junto com as demandas do visitante:

A partir da década de 1970, as novas práticas desenvolvidas nos museus priorizam o respeito à diversidade cultural, a integração dos museus às diversas realidades locais e a defesa do patrimônio cultural de minorias étnicas e povos carentes. Mais do que isso, os museus modificaram a relação cotidiana entre profissionais de museus, exposições e público. (SANTOS, 2004, p. 58)

Neste período, a transição do museu como instituição de representação da identidade nacional para um espaço de salvaguarda das memórias coletivas altera o ponto de vista do público em relação aos museus, que se tornam um lugar de troca e aprendizado. A preocupação quanto à sua função social em prol das regionalidades e pluralidades culturais rompe sua relação com a ideia do Estado Nacional (MORAIS, 2009 *apud* SILVA e PINHEIRO, 2013). O antigo modelo de Estado não conseguia mais sustentar as demandas em torno das coletividades emergentes, exigindo assim novas configurações no processo de adaptação dos museus.

Nos anos 1980, Chagas (1985) indicou a necessidade de uma nova formulação do conceito de museu, considerando as necessidades do mundo contemporâneo e da sua prática neste contexto, contribuindo para a compreensão humana de si mesmo e do ambiente em que vive e se relaciona de maneira profunda e contínua no seu ambiente ao mesmo tempo que a serviço de sua comunidade geral.⁷ É nesta década também que ocorre uma intensificação dos processos de globalização e do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que provocaram mudanças no modo de se informar e relacionar, afetando também as formas de produzir e pensar os espaços museais como espaços de transformação.

O Brasil teve um aumento considerável no número de museus a partir da segunda metade do século XX. Segundo Santos (2004), cerca de 81% dos museus existentes foram criados neste período; uma tendência que também aconteceu em

⁷ A definição mais recente de museu foi aprovada pelo ICOM em 24 de agosto de 2022 durante sua Conferência Geral em Praga: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776.

outras regiões do mundo por conta de um forte movimento voltado para a preservação do passado. A expansão dos museus no final do século também retrata a exigência, nas palavras de Carvalho (2008), de “um público numeroso, carente de lazer e de conhecimento” acompanhado de um cenário mais participativo do modelo democrático, em conjunto com a busca pelas questões contemporâneas incluindo um público que se estende além das fronteiras locais, incluindo visitantes de outros lugares.

A decadência da condição dos Estados nacionais e o fim dos regimes ditatoriais no contexto latino-americano viabilizou críticas voltadas para a estrutura museológica vigente junto com a defesa de uma noção mais aberta e menos uniforme. Para a necessidade de reconhecer e legitimar as diferenças, “[...] é necessário levar em conta as mudanças ligadas ao surgimento de uma cultura das diferenças e a visibilidade de muitos novos atores sociais preocupados em valorizar suas memórias, incluindo os grupos étnicos” (DEVOTO, 2011, p. 241, tradução da autora). Segundo o autor, a emergência dos grupos migratórios integrando a concepção da memória pública como objeto patrimonial também vem deste processo.

São várias as estratégias que podem ser adotadas como propostas expositivas dos museus e, no caso dos museus de migrações, a mais comum é a histórica. De acordo com Devoto (2011), esses museus tendem a assumir uma das duas vertentes: enfoca a importância dos grandes eventos e estruturas da experiência contada, de um ponto de vista mais amplo e impessoal, ou trabalha dando prioridade para as histórias dos personagens e imigrantes locais, considerando seu cotidiano e suas particularidades. Cada perspectiva acaba influenciando, a sua maneira, a interpretação proposta e a relação da exposição e sua comunicação com o público.

A linguagem do museu apropriada aos interesses da comunidade que a envolve como um de seus objetivos técnicos é uma das adaptações para a legitimação de seu compromisso com o público e só é possível a partir de um trabalho de troca e diálogo coletivo (CHAGAS, 1985). Para superar a condição de espaços como depósitos, os museus precisam se comunicar com o público e afastar o ideal fetichista de “atração mágica dos objetos”. Desta forma, a gestão administrativa é complexificada por diversos fatores ao mesmo tempo precisa

contemplar suas ações museológicas para um público plural e diversificado e ter a capacidade de providenciar as expectativas deste público. Junto com o cumprimento da missão e valores do museu, é fundamental cumprir o seu papel na divulgação e exposição da herança de uma comunidade ou nação. Em outras palavras:

Promover adequadamente o acesso aos acervos, preservando-os, produzindo e ampliando o conhecimento para a sociedade é tarefa das mais importantes para qualquer museu que tenha como missão integrar-se à comunidade onde está inserido. Todas as ações do museu são voltadas para o seu público, pois sem ele o museu não existe; é por ele e para ele, que o museu vive. Sendo assim, torna-se fundamental conhecer esse público, suas necessidades culturais e seu nível de instrução. (CARVALHO, 2008, p. 28)

De acordo com Muchacho (2005), um dos principais desafios que os museus enfrentam é a comunicação com o público e as experiências que poderá proporcionar com suas exposições. Analisando o cenário recente, o visitante contemporâneo valoriza as experiências culturais, de lazer e entretenimento para além da função educativa do museu (CARVALHO, 2008). Neste sentido, as instituições podem e devem explorar atividades e ações com o intuito de cativar e atrair espectadores, tendo como fundamento a promoção de sua identidade e missão como instituição museológica, considerando também que o consumo do produto cultural acontece tanto no espaço físico do lugar, quanto por meio das mídias e redes sociais no ambiente virtual.

Para atrair, atender e superar as expectativas do público, a produção da criatividade e da inovação deve ser adotada para evidenciar suas potencialidades e destacar o museu na competitividade do processo de globalização; este processo, vale ressaltar, não se restringe à internacionalização: a globalização também abrange a perspectiva da integração nacional por meio da comunicação, transporte e tecnologia. Assim, entende-se que “em tempos de grande concorrência, se o museu não se diferencia por meio de ações criativas que possibilitem a visibilidade de seu acervo, acaba se tornando um museu do passado” (CARVALHO, 2008, p. 32).

Da mesma forma, para o sociólogo espanhol Manuel Castells (2011), os museus, como “lembretes da temporalidade”, têm como função impulsionar a cultura viva e o patrimônio cultural, compreendendo tanto a arte quanto a

experiência humana. Eles devem ser capazes de promover e proporcionar espaços de inovação cultural e experimentação ao não se restringirem como repositórios. A utilização das tecnologias digitais surge como alternativa chave para a adaptação e expansão dos canais de comunicação, oferecendo a possibilidade de transmitir a mensagem a partir de novos meios. A combinação entre informação e entretenimento, ou *edutainment* (MUCHACHO, 2005, p. 580), reforça uma maior atratividade que conquista o interesse e curiosidade do seu espectador, ampliando as experiências sensoriais e cognitivas do visitante.

O museólogo suíço Cary Karp (1999) relata que os primeiros museus virtuais não tiveram muitas dificuldades para ficarem conhecidos e, por serem poucos, eram fáceis de serem localizados na internet. Para ele, a novidade da criação de plataformas virtuais ocorrida no final do século XX foi responsável por uma das transformações mais importantes da história. O mesmo defendeu o papel ativo do ICOM para a ampliação da presença dos museus na internet, que investiga desde o final do século passado meios para proporcionar uma fonte confiável de informações sobre os mesmos e, desta forma, alcançar um público maior para o acesso ao conhecimento.

A criação dos sites institucionais foi um dos caminhos adotados para divulgar não só informações de funcionamento, entradas e localização, mas também os dados de seu acervo e de outras atividades culturais. A facilidade da conexão virtual caracteriza um passo democrático de acesso ao conhecimento. Por um tempo o museu virtual foi entendido apenas como um site informativo, sem considerar as potencialidades de exposição e comunicação desta modalidade (MUCHACHO, 2005). As tecnologias disponíveis, no entanto, operam como instrumentos para além da informação: elas atuam como mediadoras entre instituição e acervo que vão convergir no espaço digital.

A criação de um museu virtual leva em conta, desde o princípio, a ideia de alcançar um público que não teria uma relação direta com determinado museu (KARP, 1999). O curador relata que, no final dos anos 1990, com os primeiros sites de museus na internet, o processo de busca por museus online era feita por tentativas de links dos sites, considerando as plataformas de busca ainda estavam se desenvolvendo e aperfeiçoando e que em muitos casos não seriam localizados

porque os mesmos não teriam um domínio (DNS)⁸ próprio, sendo encontrados dentro de outros domínios ou registrados em mais de um. O autor visava à criação de um inventário internacional de museus, apesar de acreditar, na época, que seria pouco provável que um único organismo possuísse essa capacidade, levando em conta a ausência de redes mundiais de colaboradores para trabalhar neste processo.

Para Castells (2011), o meio em que a comunicação ocorre a partir de sistemas eletrônicos de multimídia na internet proporciona uma nova forma de socialização que se expande e transmite através de diferentes canais, numa cultura que denominou de “virtualidade real” onde a realidade (da comunicação) é virtual (por meio dos sistemas eletrônicos). A influência e o uso da internet são evidentes e incontestáveis para a comunicação nas sociedades, e os museus fazem parte desse cenário. Em suas palavras,

Museus virtuais são mais e mais comuns, e a articulação entre o real e o virtual, o físico e o simbólico está cada vez mais desenvolvendo novos híbridos culturais que geram a renovação da comunicação cultural no mundo, utilizando novas formas de tecnologia de informação e comunicação. (CASTELLS, 2011, p. 8)

A tecnologia utilizada neste campo instiga uma participação diferenciada do visitante que adota uma postura mais ativa em relação à exposição através da possibilidade de interação (MUCHACHO, 2005). A imagem como artifício opera como um sentido diferenciado nesta realidade virtual que fornece um novo tipo de contemplação: nas obras de arte as cores são substituídas pelos pixels e as coleções são expostas não mais nas paredes e balcões, mas sim nas páginas dos sites.

A arte é um fator central para a tradução de códigos e constitui um papel crucial nos protocolos de comunicação cultural que, desenvolvido por Castells (2011), diz respeito às trocas e transições entre as culturas por meio da comunidade e da experiência humana: “a arte sempre foi uma ferramenta para a construção de pontes entre pessoas de diferentes países, culturas, gêneros, classes sociais, grupos étnicos ou posições de poder” (*ibid.*, p. 12-13). A arte, segundo o sociólogo, se manifesta como forma de superar o sofrimento ao expressar felicidade; ela proporciona união e a vida em um mundo partilhado, e sua função deve ser a de

⁸ DNS é a sigla para *Domain Name System*, ou Sistema de Nomes de Domínio, que é um serviço que transforma nomes de domínio em endereços IP, sendo fundamental para a configuração dos sites na internet.

continuar mantendo a capacidade de compartilhar sentido e interação entre os seres humanos.

No contexto dos museus virtuais, a tecnologia deve cumprir um papel qualificado para que tais finalidades e objetivos sejam alcançados, considerando que “para a obra de arte transmitir a sua mensagem, tem de existir uma relação recíproca entre três conceitos fundamentais: a estética, o museal e o virtual” (MUCHACHO, 2005, p. 582). Desta forma, a integração destes conceitos irá garantir, respectivamente, a experiência sensível, a experiência sensorial e a comunicação com o público via ambiente digital.

Por conseguinte, a relação entre imagens e palavras como elementos de construção de uma memória coletiva se fundamenta pela necessidade de estabelecer referências em comum entre os indivíduos, dentro do recorte espacial e temporal em que pertencem e referenciam. Nas palavras de Devoto (2011, p. 236, tradução da autora), “[...] a memória de um grupo, em sua especificidade, deve estar ligada a uma crença compartilhada sobre o significado de certas memórias na estrutura de um estoque quase ilimitado de memórias possíveis”. De acordo com o autor, esta memória também conta com esquecimentos por meio de uma seleção voluntária ou involuntária.

Neste sentido, são dois fatores que se sobressaem às questões da memória de um grupo: o espaço e o conjunto de objetos (DEVOTO, 2011). Este último remete à noção de patrimônio que, apesar da expansão de seu significado e os múltiplos usos a partir do mesmo, se consolida não pelos valores dos objetos em si, mas sim de uma constante relação criada e desenvolvida dos sujeitos para com o objeto. Para Forni (1999), que produz seus estudos a partir da museologia da agricultura e museus etnográficos italianos, os objetos expostos em museus dedicados às tradições populares carregam significados que vão além de sua composição material, como os instrumentos de trabalhos rurais ou roupas; eles representam, para os fundadores do lugar, uma identidade que remete suas raízes e heranças. Em suas palavras, “[...] esses museus fazem parte do testemunho perene da realidade histórica da humanidade” (FORNI, 1999, p. 50, tradução da autora).

Elevar objetos do passado à condição de ferramentas para o presente, desvinculando-os de sua origem temporal, é uma estratégia para lidar com a transitoriedade presente nestes contextos. A memória é mediada pelas instituições

museais e constantemente ressignificada pelos contextos em que é exposta, na medida em que contempla os significados do presente para o passado ao mesmo tempo em que se sujeita ao contexto cultural, social e econômico das sociedades (CARVALHO, 2008).

Segundo Chagas (1990), “os termos patrimônio, coleção e objeto/bem cultural nos colocam diante da dimensão do tempo ou da memória” (*ibid.*, p. 42), considerando como essas noções, em especial a de patrimônio, englobam heranças e eventos de determinada geração de um grupo. Desta maneira, os museus de imigração, para além de se caracterizarem como canais de transmissão de histórias e narrativas, se consolidam como pontos de referências de documentos e base de dados pessoais, onde descendentes buscam suas origens e raízes genealógicas para, de certa maneira, reconstruírem suas biografias (ROCHA-TRINDADE e MONTEIRO, 2007).

Fernando Devoto (2011) afirma que, apesar da histórica ausência dos casos migratórios nos lugares de memória públicos – se restringindo a espaços privados por elites destes grupos ou comunidades locais –, é visto um aumento do número de museus voltados para as migrações internacionais principalmente a partir da década de 1990. Um motivo pode estar atrelado à expansão de uma tradição de pesquisas acadêmicas acerca do tema, precedido também pelo aumento dos estudos migratórios contemporâneos. De acordo com Rocha-Trindade e Monteiro (2007), países que contam com uma população mais plural e diversificada, devido aos diferentes fluxos migratórios ao longo da história, tendem a ter museus voltados para as trajetórias que envolvem as diferentes nacionalidades das imigrações particulares de cada região. Da mesma forma, países que possuem tradicionalmente ondas de emigrantes também criam museus dedicados a esses grupos que se deslocaram para terras estrangeiras.

A abrangência de investigação nestes estudos ganhou destaque a partir de meados da segunda metade do século XX, particularmente nos anos 1970, na busca pela compreensão das transformações que ocorreram na sociedade, para as questões dos coletivos e a emergência do uso dos conceitos de identidade, diversidade, etnicidade e multiculturalismo nos novos contextos. Devoto (2011) afirma que o crescente interesse pela compreensão dos fluxos migratórios e o lugar que conquistaram nos territórios possui dois lados: um orientado pelas ocorrências

passadas e históricas, principalmente quanto aos deslocamentos ocorridos entre os séculos XIX e XX, e outro pelos interesses dos grupos dominantes a partir da utilização das distintas formas de memórias dos grupos migrantes como projetos de “redesenho identitário” nas comunidades nacionais ou regionais.

No Brasil, a antiga “Hospedaria dos Imigrantes” em São Paulo, considerado como um dos maiores centros de recepção de imigrantes no país, é hoje o Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Devoto (2011) explica que, apesar de não ser o único lugar a receber estrangeiros e para além da sua impressionante edificação, essa hospedaria se consolidou no imaginário social como referência para a chegada de imigrantes por possuir uma enorme capacidade de recordações voltadas para a recepção dos imigrantes. Por conseguinte, a hospedaria se estabeleceu como um potencial espaço para o processo de musealização local.

No caso de São Paulo, a referência do museu como um “iceberg importado da Europa”, retrata também o processo de europeização do Brasil com a chegada dos estrangeiros na virada do século XIX. Carvalho (2008) aponta como a bagagem cultural trazida pelos imigrantes teve grande influência na consolidação dos museus de arte na capital paulista, principalmente quanto à captação de obras europeias para as exposições nos espaços. O MASP, o MAM e o MAC-USP passaram por essa formação da valorização do “gosto” europeu pelos colecionadores ao longo do século XX com acervos do modernismo brasileiro e vanguardas artísticas europeias.

Por outro lado, na Itália, o *Museo Nazionale dell’Emigrazione Italiana* inaugurado em 2009, localizada hoje em Genova, ficou temporariamente instalado no grandioso *Monumento Nazionale a Vittorio Emanuele II (el Vittoriano)* em Roma, construído em homenagem ao rei Vittorio Emanuele II, considerado pai da pátria italiana e responsável por unificar o país no século XIX. O prédio arquitetônico, no entanto, foi ressignificado de acordo com os contextos perpassados desde sua inauguração em 1911, tendo outros usos após a Primeira Guerra Mundial: voltou-se para a orientação do nacionalismo de massas e posteriormente, com a emergência do fascismo, foi transformado no *Museo Centrale del Risorgimento y la Galería de las Banderas del Ejército*. Neste contexto, ressalte-se que o fato de Roma sediar o *Museo dell’Emigrazione* em um primeiro momento é significativo, visto que Roma teve uma baixa porcentagem de fluxos emigratórios:

A colocação de um Museu da Emigração em um lugar tão carregado de simbolismo parece tentar sugerir que os emigrantes, no sesquicentenário da unidade, também fazem parte plenamente da história italiana, e isso de alguma forma propõe uma relação otimista entre o processo de construção da nação e a emigração, uma relação somente possível a partir de uma ideia fortemente etnicista (o povo italiano, uno e indivisível além das fronteiras nacionais). (DEVOTO, 2011, p. 256, tradução da autora)

O processo de criação deste museu é interessante para pensar as intenções e esforços envolvidos. Diferentemente do caso francês, por exemplo, o projeto contou com uma contribuição limitada de historiadores, tendo uma maior participação de comitês formados por políticos e agentes locais (DEVOTO, 2011). Dos políticos, o interesse maior foi do movimento pós-fascistas da antiga Aliança Nacional, que considerava de grande importância os grupos de emigrantes no mundo, tanto por questões ideológicas (para a vitalidade demográfica da nação), políticas (com o intuito de expansão do regime para o exterior) e instrumentais (pela crença da simpatia fascista pelos emigrantes).

Cabe neste contexto refletir como as migrações são interpretadas pelos grupos políticos envolvidos, considerando os fenômenos mais recentes. Com os fluxos migratórios que se intensificaram na Europa a partir de 2014 por conta das crises na região do Oriente Médio (em especial a guerra civil na Síria) e da África Subsaariana, a Itália acabou se tornando ponto de acesso ao continente europeu pelos refugiados e imigrantes. As políticas migratórias adotadas pelos últimos governos italianos, todavia, reforçaram um posicionamento mais conservador e restrito em prol da segurança nacional em comparação às ações de proteção humanitária:

A visão securitária adotada nos últimos anos pelo governo italiano em relação a sua política imigratória impactou o cotidiano de toda a sociedade, através de uma ampla difusão de discursos e narrativas beligerantes contra a figura do imigrante, a partir de uma perspectiva de ameaça e perigo. A utilização dessa retórica tem por intenção justificar medidas excepcionais, uma vez que o bem-estar e a segurança nacional estariam em risco. (REZNIK *et al.*, 2022, p. 101)

Compreende-se, a partir deste caso, que a dinâmica política é tão sintomática como as dimensões simbólicas presentes na etapa de construção e organização de uma instituição museal. É importante ressaltar, por outro lado, que

parte da sociedade italiana se posiciona contra as abordagens restritivas e se mobiliza para promover uma recepção e integração para os estrangeiros. Reznik *et al.* (2022) relatam como as iniciativas de ONGs, associações, organizações católicas, eclesiais e da própria sociedade civil exigem não apenas medidas de acolhimento e oportunidades para os grupos desamparados, como também mudanças e reformas nas leis voltadas para as condições de cidadania, incentivos de políticas de integração e meios de combate ao tráfico humano.

Seguindo a conjuntura mais ampla das instituições museais na Itália, o cenário da distribuição territorial dos principais museus e um grande número de pequenas instituições predominantemente municipais são “robustecidos” nas rotas culturais em uma combinação entre museu e território que acaba caracterizando uma perspectiva holística sobre a Itália como um museu natural (CAMACHO, 2014), onde paisagem e matéria se complementam para além das instituições no imaginário representativo de um museu.

No entanto, segundo Camacho (2014), o contexto italiano foi marcado principalmente pela contradição que coloca de um lado a grande riqueza patrimonial e museológica do país e de outro uma fragilidade institucional dos museus pela ausência de um estatuto jurídico. A autora relata que, até a década de 1990, os museus italianos estavam em situação precária, sem segurança e organização, com ausência de catálogos, inventários, investigações, sem funcionários suficientes e com pouco público; somando à debilidade da condição institucional dos museus estatais (que se encontravam na mesma categoria de monumentos e sítios arqueológicos) e ao entendimento dos mesmos pela legislação vigente como “um conjunto de bens culturais” e não como instituições próprias e autônomas em sua administração.

Na Itália, a falta de legislação própria e de tratamento jurídico no setor foi o grande propulsor de uma movimentação no final do século XX e início do século XXI, contando o trabalho colaborativo e participativo de todas as entidades envolvidas como fator essencial para o desenvolvimento de uma nova legislação, se destacando dos países vizinhos quando incorpora também a presença dos representantes profissionais da área para além da administração central. Esta participação equilibrada caracteriza uma das especificidades do caso italiano na

construção de um dispositivo legislativo do campo e para as estratégias territoriais de cada região do país.

A expressão “paradoxo italiano” retrata a experiência do país, visto que a mobilização e o trabalho feito foi “rico nos debates, na produção bibliográfica e na definição universal de padrões, mas omisso na aplicação nacional e heterogêneo na modulação regional” (CAMACHO, 2014, p. 174). Isso ocorre porque, apesar de compreender normas e orientações nacionais, o país carece de um sistema nacional de credenciação e os posicionamentos regionais acontecem sem uma referência central. Outro fator foi a perda da oportunidade histórica na virada do século, no momento em que todos os esforços estavam voltados para este objetivo comum com uma participação coletiva no levantamento de interesses para a criação dos critérios e padrões mínimos, que acabou não se concretizando no projeto almejado de âmbito nacional.

No Brasil, a existência dos museus dedicados aos imigrantes, e na Itália, com seus museus voltados para os emigrantes, reforçam o protagonismo dos atores em relação aos seus territórios e atestam a dupla condição que acaba fornecendo perspectivas de ambos os lados. As instituições se criam fundamentadas em cada uma delas, proporcionando um direcionamento histórico-cultural de cada fenômeno, e direcionam seu conteúdo e narrativa no intuito de repassar, para as gerações mais novas, os impactos e o significado cultural, social e econômico destes fluxos em determinada região, “[...] seja porque muitos de seus concidadãos saíram de lá (museus de emigração) ou porque muitos estrangeiros se estabeleceram em seu território (museus de imigração)” (ROCHA-TRINDADE & MONTEIRO, 2007, p.153, tradução da autora).

A condição de museu encontra diversos problemas e desafios desde seu objeto e os aparatos de sua manutenção. Devoto (2011) ressalta entre eles alguns cuidados do recorte do tema das exposições que as instituições devem tomar de forma bem que estejam bem definidas (sem se converter em uma universalidade) como cuidados com: a construção do migrante para além dos termos formais, com vinculação entre passado e presente, a atenção com as diferenças e interseccionalidades presentes, a relação estabelecida entre migrantes e não migrantes e o cuidado com os riscos de anacronismo, etnocentrismo e assimilacionismo nos discursos e instrumentos adotados pelas instituições museais.

Santos (2004) descreve que não seria exagerado afirmar que o museu é a instituição cultural que melhor conseguiu se adaptar ao mundo contemporâneo e que, neste cenário, enquanto alguns autores entendem que isso se deve ao momento de democratização do acesso e preservação da memória, outros já entendem que é uma fase de fragmentação cultural. Para Muchacho (2005), a interação entre o tripé arte, museu e virtual possibilita a criação de uma nova realidade, complementando o museu tradicional e ampliando seu alcance e suas fronteiras. Carvalho (2008), por outro lado, sugere uma gestão estratégica para o campo dos museus que articula três âmbitos da instituição: mercadológico, institucional e administrativo. Para a autora, os museus como espaços de grande potencial de recursos patrimoniais devem se transformar no intuito de expandir sua visibilidade e acessibilidade da comunidade local e global, em um cenário em que a competitividade e a eficiência possibilitem um modelo de “fluxo virtuoso” para a geração de valor na sociedade e, conseqüentemente, para a captação de recursos voltados para a pesquisa, preservação, manutenção e difusão dos acervos e coleções dos museus. Este modelo, que abrange a concepção de gestão e criação de redes, é estratégico para o alcance de metas e missões das instituições ao redor do mundo.

A regulamentação por meio da adoção de políticas públicas serve como forma de garantir acesso às fontes culturais e o exercício dos direitos culturais, com base na valorização e promoção do patrimônio nacional nos espaços museológicos. Neste caminho, os museus promovem o exercício da cidadania a partir do autoconhecimento preservado e compartilhado nos espaços que legitimam histórias, legados e potencialidades culturais de cada comunidade. A interação e a articulação entre cultura, criatividade, tecnologia e economia são uma via para proporcionar o crescimento econômico - fator percebido pelos países em desenvolvimento (CARVALHO, 2008).

As visitas aos museus e centro culturais acabam se tornando espaços de intermediação da interação entre visitante e obra de arte, indivíduo e objeto, possibilitando um vasto campo de apreciação, contemplação, interpretação e significação vinda de diferentes olhares e perspectivas, ao mesmo tempo que tem o potencial para modificar e transformar estes mesmos olhares e perspectivas com sua função e ação museológica, seja ele em seu modelo presencial ou virtual. Um museu não restrito aos seus objetos, artes e acervos tangíveis, mas sim de histórias,

pertencimentos, esforços e iniciativas em prol de legados deixados pelos antepassados.

3.2. A imigração italiana no Brasil e em Porto Real

Um município recente, com apenas 28 anos, e relativamente pequeno – possui uma população estimada de 21.064 mil pessoas para o ano de 2024 (IBGE, 2024) – se caracteriza por possuir uma alta discrepância entre o rural e o industrial, com os campos e terras de pasto e plantações se misturando junto às fábricas que também são predominantes na região. Porto Real procura manter e criar bases de potencial cultural relacionado, principalmente, às tradições italianas. A Associação Vittorio Emanuele II (AVE II) fundada pelos descendentes dos imigrantes italianos realiza diversos eventos que promovem o legado dos imigrantes como forma de reconhecer o seu passado e incentivar a herança deixada pelos laços afetivos e culturais. Esses eventos envolvem jantares típicos, apresentação de danças (com um grupo de balé próprio), cursos de italiano, oficinas gastronômicas e a divulgação das histórias e pessoas envolvidas na formação e construção da cidade.

Porto Real é um município de pequeno porte localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, na Região do Médio Paraíba, e faz fronteira com as cidades de Resende, Quatis e Barra Mansa. O território, que atualmente está inserido no polo industrial da região sul-fluminense, conta com uma história consolidada pelos imigrantes italianos que povoaram a região no final do século XIX. A ex-colônia tem sua origem na década de 1870 quando Clementina Tavernari⁹ recebeu do Governo Imperial a responsabilidade de trazer cinquenta famílias da região norte da Itália para povoar um núcleo na então Província de Santa Catarina. Porém, chegando ao Brasil, um surto de febre amarela no sul do país fez com que alguns dos imigrantes fossem transferidos para a Colônia de Porto Real, que já abrigava

⁹ Conhecida pelo nome Adelina Malavasi, foi uma das principais responsáveis pelo recrutamento dos imigrantes que ocuparam a região de Porto Real. Próxima da família real portuguesa no Brasil e, em especial, da imperatriz Maria Teresa Cristina, era tida como pessoa de confiança do imperador que propôs à mesma a tarefa de recrutar famílias italianas para um núcleo da província de Santa Catarina, que serviria como primeiro experimento de colônia italiana no país (LIMA, 2005).

naquele momento alguns colonos suíços e franceses que cultivavam cana-de-açúcar, milho, arroz e mandioca em pequena escala (PORTO REAL, 2020).

O veleiro Anna Pizzorno chegou com os primeiros imigrantes vindos da Itália no Rio de Janeiro em 1875, com base em um contrato feito entre as autoridades do sul do país e o agente Sabino Tripoti (TRENTO, 2022). Saindo no dia 22 de dezembro de 1874 e atracando no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro do ano seguinte, a expedição do Anna Pizzorno seguiu o seu destino ao sul, mesmo com a intercorrência da febre amarela em Santa Catarina. De acordo com Lima (2005), 193 italianos desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro enquanto 288 seguiram para o porto de Paranaguá (PR).

Figura 1 - Faixa do navio Anna Pizzorno na sede da AVE II



Fonte: Autora (06 de jun. de 2021).

Em 1875, os italianos se estabeleceram no núcleo colonial de Porto Real com auxílio do Governo, que custeou assistência médica, alimentos e itens de subsistência. Mais tarde, após serem consultadas, algumas famílias decidiram retomar a viagem para o sul principalmente em função do clima, quando a maioria, já adaptada ao lugar, optou por permanecer no local (LIMA, 2005). Porto Real se manteve como colônia até 1879, quando ocorreu a emancipação em relação ao Governo Imperial, se tornando parte do distrito de Resende a partir de então¹⁰. Esta

¹⁰ Decreto nº 7.256 de 26 de abril de 1879.

condição se manteve por décadas até a Lei Estadual nº 2494/1995, que transformou oficialmente o distrito em cidade.

Porto Real pertenceu ao atual município de Resende, fundado em um primeiro momento como vila em 29 de setembro de 1801 pelo Conde de Rezende,¹¹ e se oficializou como cidade quase cinco décadas depois, em 1848. Neste período, a produção e exportação cafeeira era predominante na região do Médio Vale do Paraíba, sustentada pelo trabalho de escravizados nas lavouras. Com a proibição do tráfico e abolição da escravidão, junto com a consequente improdutividade dos solos, a região sofreu com o enfraquecimento da produção e muitos dos cafeicultores se mudaram para o “oeste paulista”, onde hoje se situa a cidade de Ribeirão Preto no estado de São Paulo (SILVA, 2020).

A região, no entanto, muito antes de ser ocupada pelos fazendeiros das lavouras, foi habitada por povos originários e indígenas, sendo os chamados de Puris os mais conhecidos. De acordo com Lopes (2021), a localidade era conhecida pelos nativos pelo nome Timburybá, que significa “árvore dos gambás”, até a então ocupação dos bandeirantes e ao consequente massacre e escravização dos povos indígenas por volta de 1740. A mesma região só foi reconhecida pelo nome de Porto Real décadas depois, quando, nos anos 1820, Dom Pedro I interferiu na disputa do limite de terras entre duas famílias locais, dando razão à propriedade dos herdeiros do português José de Souza Marques (LIMA, 2005). Em agradecimento, os irmãos ofereceram alqueires situados às margens do rio Paraíba ao imperador, que desembarcava em um pequeno porto ali para descanso no caminho de suas viagens para São Paulo. Assim o nome Porto Real se firmou a partir da relação entre o porto e a presença da família real.

Com a crise do café, as fazendas tiveram que diversificar suas plantações, adotando outras culturas, ao mesmo tempo que investiram gradualmente em outros segmentos. O território de Resende que cobria quase que todo o Vale do Paraíba fluminense, com a privilegiada localização no eixo Rio-São Paulo, começou a receber as primeiras indústrias locais. Segundo Bastos (2017), o caráter industrial da região começou a se desenvolver a partir de meados do século XX, se tornando um polo industrial nos anos finais do mesmo século, contando principalmente com indústrias automotivas, químicas e farmacêuticas. Essa reestruturação tem relação

¹¹ Tenente-General D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende, que também foi o 13º Vice-Rei do Brasil (1790-1801) (LOPES, 2021; SILVA, 2020).

direta com a abertura do mercado de capital externo nos anos 1990, considerando que “o pacto federativo brasileiro recebeu maior liberdade tributária que permitia alíquotas diferenciadas, o que compensava as diferenças técnico-produtivas internas de alguma forma” (BASTOS, 2017, p. 83).

Da mesma forma, o distrito de Porto Real teve o início de seu desenvolvimento industrial a partir da Companhia Fluminense de Refrigerantes em 1946, na antiga Usina Açucareira, e a criação de um polo industrial privado na região nos anos de 1970, com a intenção de atrair novas empresas (LIMA, 2005). O prédio da Usina, que antes foi o Engenho Central de Porto Real, primeira indústria local inaugurada em 1889 para a produção de cana-de-açúcar na colônia, fica às margens do rio Paraíba e hoje é um dos principais símbolos da cidade, retratando na paisagem uma das primeiras manifestações fabris do local.

Na década de 1870 a Província do Rio de Janeiro propôs na Câmara Municipal o estabelecimento de um engenho de cana-de-açúcar com capital garantido pela Província. O objetivo era o desenvolvimento do município. A Câmara respondeu informando serem favoráveis as condições para o cultivo da cana esclarecendo que na região a lavoura, até então, havia sido cafeeira. Acrescendo-se o fato de os terrenos nesse local serem adequados ao plantio da cana, por serem planos e baixos. (IBGE, 2024)

Parte-se do princípio de que a cidade não se constrói somente pelo levantamento de suas edificações ou por sua expansão geográfica: é preciso entender as configurações da ocupação do espaço e as relações sociais criadas entre os grupos, sejam eles com fatores similares ou diferentes entre si. A partir de Elias e Scotson (2000), com a identificação e análise dos problemas de uma comunidade, assim como no entendimento do que e como esta se caracteriza em sua especificidade, é possível considerar a chegada dos imigrantes e o fomento industrial – em dois tempos distintos – como potenciais formadores da cidade em questão.

A relação entre os estrangeiros, suas comunidades de origem e de destino reforçam a condição contraditória do status do imigrante que leva em conta a sua manutenção na sociedade nem como provisório, ou provisório de forma indefinida, nem como permanente, ou pelo menos nunca definido como tal (SAYAD, 1998). Neste sentido, é no cenário de redemocratização do Brasil que as forças em prol dos

traços identitários dos grupos impulsionaram o movimento dos descendentes italianos na defesa, legitimação e divulgação de suas raízes e de sua italianidade, a partir de uma organização e fomento de eventos culturais, na busca pelo reconhecimento da dupla cidadania e pela criação de associações em prol desta bandeira. Nas palavras de Bao (2015), “as representações convencionalizam e tendem a naturalizar determinadas realidades, servindo como reguladoras e condicionantes das trocas sociais e atingindo o efeito de ‘verdade’ sobre os sujeitos” (*ibid.*, p. 9-10). Da mesma forma, o sociólogo Sérgio Costa (2006) defende a ideia de que o sujeito é formado a partir de uma teia de discurso que produz uma consciência, isto é, uma produção discursiva que é consequência das manifestações e regimes de verdade.

O reconhecimento de novas narrativas ressignifica os movimentos e valores predominantes nas sociedades. Nos estudos migratórios, a análise do simbólico ganha evidência a luz das transformações da vida cotidiana, as circunstâncias de identificação cultural e relações de pertencimento que surgem no contexto de mudança. Os laços de afinidade e os traços perpassados entre os descendentes, tais como o idioma, os hábitos alimentares e a própria visão de mundo, sofrem transformações no contexto da migração, independentemente de sua natureza. No mesmo sentido, os esforços para a criação de uma autoimagem baseada nos legados e raízes do seu passado, reforçando uma identificação a partir de tipologias ideais dos pioneiros da região e suas características de força, coragem, trabalho, amor à terra e outros, são visíveis na formação dos pequenos municípios emancipados no final do século XX (ZANINI, 2008).

Para a representação da identidade dos imigrantes e descendentes de italianos, a família patriarcal, a religião católica e o trabalho digno são os três elementos fundamentais que contribuem diretamente para a representação de sua italianidade: “a ascensão social, desejada sempre para si e para as próximas gerações, viria através da coesão da família como unidade produtiva e na ética do trabalho como fonte de promoção da subsistência e na moral religiosa católica [...]” (BAO, 2015, p. 2). O movimento de valorização das raízes italianas no final do século XX aconteceu com os esforços e discursos acerca dos demarcadores positivos da italianidade, como a capacidade de trabalho, religiosidade e empreendedorismo revelados historicamente entre as gerações, buscando, junto

com as narrativas de valorização, o reconhecimento do potencial turístico destas regiões (ZANINI, 2008).

A atividade turística, inserida em um mercado competitivo e sujeita aos desafios da globalização, tem um forte potencial de visibilidade dos patrimônios culturais considerando a ideia de desenvolvimento sustentável, já que o turismo, com esforços na redução das ameaças e perigos que pode proporcionar nas comunidades locais, é visto como instrumento que proporciona o favorecimento da cultura, paz e desenvolvimento. Os artesanatos locais ou estrangeiros expostos nas feiras e eventos promovidos pela agenda local aparecem nos espaços públicos como representações importantes junto com cenários que expressam a cultura popular e tradicional, nas quais mercado e espetáculo atravessam o público simultaneamente (LÓPEZ BORBÓN, 2017).

Ressignificar o patrimônio como produto turístico é uma tarefa complexa que demanda um grande esforço para uma transformação sustentável que garante, ao mesmo tempo, sua preservação, manutenção e proveito da herança cultural de modo a honrar seu propósito e a comunidade que o representa: “o turismo tem sido considerado, nos últimos 30 anos, um dos mais importantes geradores de crescimento e desenvolvimento da sociedade, portanto é de grande importância a aliança entre o museu e o turismo cultural” (CARVALHO, 2008, p. 104).

As identidades e características de determinado lugar podem ser empregadas como produtos turísticos do mesmo, considerando que “a cultura torna-se importante insumo para produtos turísticos, em especial aquela originada nas especificidades étnicas” (GASTAL & SALES, 2012, p. 23) por meio da sua exposição e manifestação nos centros de memória, museus, eventos, festividades e gastronomia. Muitas destas atividades são realizadas no intuito de atrair visitantes, para além da comunidade em si, como forma de evidenciar suas particularidades culturais e, como consequência, promover a movimentação econômica local.

Porto Real tem intensificado a partir de sua italianidade a construção do município e seu potencial cultural como um diferencial turístico na região sul-fluminense. Da mesma forma que acontece nas regiões sulistas, onde grande parte dos imigrantes italianos se estabeleceram, o município apoia suas ações nos traços culturais, como nas danças e na gastronomia típica, considerando que, diferente das colônias da região sul, a cidade fluminense se consagrou a partir da plantação de cana-de-açúcar, e não das vinícolas. Caxias do Sul, município do Rio Grande do

Sul, por exemplo, como cidade historicamente fundada a partir dos imigrantes italianos, concentra sua principal festividade em relação à produção de uvas e vinhos na região com a Festa da Uva que acontece anualmente desde 1931, como uma das primeiras iniciativas do enoturismo local.

Um dos principais pilares representativos da cultura e da memória italiana em Porto Real é a Associação Vittorio Emanuele II (AVE II), uma entidade sem fins lucrativos criada em 1989 pelos descendentes dos italianos com o objetivo de “resgatar, preservar e difundir a cultura italiana em toda a região, contribuindo com o desenvolvimento local sustentável, através do turismo, a fim de manter ativos os hábitos e costumes dos imigrantes” (MIGRER, 2024). A AVE II se oficializou, no entanto, três anos após a emancipação do município em 1998, com a realização da primeira festa da Cultura Italiana, realizada anualmente em junho.

A Associação Vittorio Emanuele II também promove iniciativas em prol da divulgação dos traços da cultura local, viabilizando documentários, projetos, oficinas de dança, gastronomia e cursos de italiano, considerando que um dos objetivos centrais de sua fundação é a de preservar e divulgar as heranças deixadas pelos imigrantes. Uma das bases deste movimento é a Casa do Imigrante, fundada em 2012 no Horto Municipal. Ela funciona como um centro de referência da AVE II e contém a exposição de fotos, quadros, documentos e objetos originais que estão diretamente associados à história e à cultura da colônia e aos seus antepassados.

Figura 2 - Casa do Imigrante em Porto Real



Fonte: Autora (09 de fev. de 2024).

Figura 3 - Casa do Imigrante



Fonte: Autora (07 de jul. de 2024).

A valorização da italianidade de Porto Real perpassa não só pela sua importância política, como também econômica e cultural dos grupos e, em especial, das famílias que se formaram a partir desses laços. Os esforços em prol do turismo na cidade estão sendo trabalhados em conjunto com a memória e história dos antepassados e seus atuais descendentes, com a associação ocupando um lugar de destaque nas campanhas: “hoje, graças ao trabalho desta Associação, o nome de Porto Real está sendo levado para 22 países em 4 Continentes, através das 110 Associações de Emiliano-Romagnoli” (MIGRER, 2024).

Segundo Bao (2015), as associações étnicas, escolas, jornais, igrejas e o Consulado, todos de viés italiano, propiciaram, a partir de ações sociais mais ou menos organizadas, a consagração da italianidade no Brasil. É por meio dessas representações que os valores e práticas em torno da noção de italianidade refletiram características em comum entre os grupos, por mais que estes não sejam homogêneos – considerando as características e peculiaridades regionais de cada caso – como se reproduz nos discursos ideais de uma origem em comum. Estes segmentos sociais foram os principais responsáveis pela consolidação da italianidade e de um forte imaginário social que, apesar de heterogêneo em suas manifestações, sustenta e reforça a relação entre os pares.

A Igreja Católica e seu clero italiano foram fundamentais para a constituição da comunidade italiana que se formava no Brasil, levando em conta que os laços entre catolicidade e italianidade são próximos, assim como se reproduziram nos

ensinos e como espaços de sociabilidades dos imigrantes (GOMES, 2000; TRENTO, 2022). A Igreja, além de ter sido a única instituição que acompanhou os emigrantes em toda a experiência de deslocamento (e a exigência de um padre italiano no núcleo da colônia era recorrente), também foi protagonista no quesito de assegurar as relações dos imigrantes com a Itália. O catolicismo, como elemento de identificação cultural, se consolidou por meio das edificações das capelas e cemitérios e se concretizou como uma linguagem comum entre os imigrantes: “o amparo do sagrado lhes trazia uma certa noção de dignidade humana e estabilidade” (ZANINI, 2008, p. 156). A fé católica compartilhada entre os imigrantes se tornou um elemento importante da vida social, considerando que os templos religiosos se consolidaram como espaços de sociabilidade entre seus frequentadores.

Já o movimento associativo dos grupos de imigrantes e de seus descendentes não é um movimento recente. O sociólogo Oswaldo Truzzi (2016) relata que as associações italianas existem desde os anos 1900, por meio das *Società* e dos Conselhos formados pelos próprios imigrantes em diferentes municípios do interior de São Paulo, integrando as elites das colônias e, regularmente, mantendo relações com as oligarquias locais. Segundo Truzzi, as associações italianas retrataram a partir de uma organização interna a articulação da italianidade dos grupos que se consolidaram no país.

A “consciência da italianidade” é evidenciada pelos laços de solidariedade junto com a exaltação dos valores e símbolos da terra natal, sustentando uma origem similar entre os imigrantes. As iniciativas em torno da criação de grupos associativos na virada do século XIX foram consequentes da ausência de instituições e políticas sociais de assistência aos imigrantes quanto às condições de saúde, educação e estrutura junto com a defesa de sua inserção e reconhecimento na nova sociedade. As associações, todavia, não fluíram de forma consensual: as dificuldades eram muitas, considerando que as colônias, em muitos casos, eram constituídas por italianos de uma ou mais regiões e as diferenças regionais eram fortes.

A “colônia italiana” no Brasil foi desde sempre bastante fragmentada e relativamente heterogênea. As diferenças entre os/as italianos imigrados referem-se não apenas aos “dialetos” que falavam e aos usos e costumes mais cotidianos, mas também aos espaços de inserção social e, não menos, aos pertencimentos de classe. (BAO, 2015, p. 8)

A formação da italianidade ocorreu com base na alteridade no país de migração, onde as fronteiras simbólicas se tornaram muito nítidas entre o “nós” e o “outro”, por mais que o “nós” dos italianos fosse muito plural considerando que os próprios migraram como vênnetos, piemonteses, toscanos etc. e não italianos de forma unificada. O deslocamento dos imigrantes na segunda metade do século XIX para o Brasil foi provocado tanto pelo cenário instável que o país recém unificado se encontrava de um lado – junto com as transformações consequentes da expansão capitalista no país –, quanto pelas políticas imigratórias e incentivos do governo brasileiro voltadas por outro lado que, de forte tendência eugenista, incentivava a entrada de europeus com a intenção de cobrir a demanda da mão-de-obra no campo com a instalação de colônias (BAO, 2015). Na Itália, a propagação da oportunidade de melhoria de vida e das condições de trabalho na América, anunciada como a terra prometida ou a Cocanha,¹² encorajou a emigração de muitos italianos que se encontravam em situação de dificuldade.

No Brasil, o Império foi responsável por controlar e definir o processo colonizador dos imigrantes até a instauração da República em 1889, que continuou direcionando a política migratória para a formação de colônias ou para a mão-de-obra de lavoura (IOTTI, 2011). Em ambos os cenários, o desenvolvimento da agricultura foi central para as funções determinadas aos imigrantes que chegavam ao país. O governo brasileiro incentivou a entrada de europeus no país via incentivos com intuito de implementar uma mão-de-obra especializada na região sul do país e garantir pequenos núcleos coloniais de trabalhadores saudáveis e ordeiros. Uma das exigências era a de que os imigrantes deveriam cumprir as ordens definidas pelo governo central e regional assim como se manter na colônia, sem se deslocar para outras regiões do país.

No Rio Grande do Sul, a intenção de receber estrangeiros europeus foi unânime por parte dos representantes da província gaúcha. Para essas autoridades, os italianos e europeus em geral, possuíam qualidades louváveis e de extrema importância para o processo civilizatório e o desenvolvimento agrário na província e no país, considerando também que “[...] a importação de trabalhadores considerados mais ‘evoluídos’, em outras palavras, brancos e europeus, poderia

¹² Cocanha remete à noção de uma terra imaginária prometida, um “paraíso” ou um país mitológico, tal como Atlântida, Canaã e Eldorado, “a Cocanha é o lugar em que todos os dias são domingos e feriados” (COSTA, 2020, p. 67).

representar a diminuição da criminalidade na província, fato que há muito preocupava os presidentes” (IOTTI, 2011, p.7-8). O europeu era visto como potencial agente modernizador da economia e era esperado que estes imigrantes transformassem a situação do estado por meio de técnicas de plantação e criação de gado, assim como a implementação de novos hábitos e costumes de vida.

De acordo com Trento (2022), a preferência dos colonos pelos núcleos sulistas se dava principalmente pelas condições climáticas e por onde a prática do cultivo era mais parecida com as italianas; desta forma, com exceção de São Paulo onde boa parte dos italianos se dirigiu para as grandes fazendas e lavouras de café, a expansão dos imigrantes para o resto do país, incluindo o estado do Rio de Janeiro, foi mínima.

O estado paulista teve certo protagonismo na recepção dos imigrantes devido à forte atuação das suas elites rurais em busca de uma alternativa para a força de trabalho nas lavouras de café, chegando a criar em 1886 a Sociedade Promotora da Imigração, fundada por grandes famílias da cafeicultura paulista com intuito de incentivar grandes fluxos de imigração estrangeira para o estado por meio do custeio do transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico (TRUZZI, 2016; GRANGEIA, 2017)¹³. A Sociedade atuou durante nove anos contratando, de forma subsidiada, cerca de 265 mil imigrantes nas fazendas, sendo em sua grande maioria italianos.

O interesse do governo brasileiro em assentar as colônias no sul do país era de primeiro realocar os imigrantes como força de trabalho nas lavouras e, posteriormente, nas indústrias emergentes (BAO, 2015). A mão-de-obra imigrante se destacou estrategicamente para o desenvolvimento da economia e do mercado, que segundo Sayad (1998), foram grandes consumidoras deste fenômeno, reconhecendo-a em sua utilidade econômica e social. A exigência de um contrato de trabalho já assinado com empregador do país de destino para a condição do imigrante foi, e ainda é, requerida em muitas situações. Enquanto que no Brasil a necessidade da força de trabalho no campo aumentava junto com a expansão da

¹³ De acordo com Grangeia (2017), este programa também favoreceu a chegada de imigrantes portugueses que antes enfrentavam dificuldades para custear a travessia, considerando que muitos estavam em situação de pobreza: “o perfil da emigração de portugueses ao Brasil acompanhou a política local de recrutamento de mão de obra. Ainda no fim do século XVIII, contingentes rurais muito pobres e sem terras não tinham como arcar com o deslocamento, o que mudou na segunda metade do século XIX, quando agentes passaram a recrutar europeus para substituírem escravos” (*ibid.*, p. 4).

lavou a cafeeira e com a abolição da escravidão no final do século XIX, a Itália sofria um processo contrário:

Recém-unificada, embora faltasse ainda a anexação de alguns territórios, em 1870, a Itália se encontrava entre os países pobres e de alto índice de população. O excesso de população, a falta de terras cultiváveis, provocava uma distorção na oferta e procura de mão-de-obra. Na Itália a oferta era maior do que a procura enquanto que no Brasil, bem como na Argentina, nos Estados Unidos etc., a procura superava a oferta. (HUTTER, 1987, p. 60)

Apesar da promessa de prosperidade, os italianos encontraram adversidades desde o início da jornada. As condições da viagem eram péssimas e muitos enfrentaram a morte de familiares e conhecidos no trajeto, além de terem que lidar no desembarque no Brasil com a separação dos seus entes ao fazer deslocamentos para regiões diferentes e distantes, provocando experiências frustrantes em relação à América sonhada e imaginada (BAO, 2015). A viagem, que até os anos de 1870 durava dois meses de veleiro, começou a ser feita em até 30 dias com a navegação a vapor que, todavia, não reduziu a experiência negativa do trajeto: navios superlotados, péssimas condições de higiene e alimentação, imigrantes deitados em beliches empilhadas ou no assoalho, sujeitos às doenças e, em determinados casos, morte principalmente de crianças e pessoas mais vulneráveis (TRENTO, 2022).

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes não pararam na travessia: na chegada ao país de destino, enfrentaram problemas com relação às bagagens e pertences tanto na alfândega quanto no transporte das mesmas até as colônias, transtornos com os fazendeiros e os contratos de terra ou dos lotes para os núcleos coloniais, assim como, principalmente, o enfrentamento de doenças que afetavam todo o movimento. Segundo Hutter (1987), muitos grupos familiares retornaram à Itália após complicações de saúde e falecimento de entes próximos, principalmente do chefe de família. O bom estado de saúde do imigrante, apesar de exigido por decreto¹⁴ do estado de São Paulo, por exemplo, não tinha um controle efetivo no momento da entrada.

¹⁴ Decreto nº 1.458 do Estado de São Paulo de 10 de abril de 1907 onde proíbe no artigo 3º que “as companhias de navegação ou amadores, que transportarem imigrantes para esse estado, não poderão receber com este destino, em seus vapores ou navios, os que sofrerem de moléstias contagiosas, ou os que tiverem vício orgânico ou defeito físico que os inabilitar para o trabalho, nem os dementes, mendigos, vagabundos ou criminosos, nem os maiores de 60 anos, salvo quando vierem em companhia de sua família ou a ela se venham ajuntar” (HUTTER, 1987, p. 61-62).

A política migratória por parte do Ministério dos Negócios Exteriores da Itália foi adotada como forma de mediar os emigrantes e o governo italiano. Iotti (2011) afirma que os agentes consulares da diplomacia italiana que se estabeleceram para acompanhar os núcleos de italianos no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1914 constataram que o risco das famílias emigrantes perderem o vínculo com a pátria-mãe em consequência da naturalização no Brasil era alto e, de acordo com a sua perspectiva, poderia ser prejudicial em relação ao consumo de mercadorias fabricadas e produzidas pela Itália por esses emigrantes. A preocupação em torno da italianidade e os laços com o país de origem, assim como os interesses econômicos, foi um fator presente nos registros dos cônsules italianos.

A chegada dos italianos na década de 1870 e sua intensificação nos anos posteriores se concentrou nas regiões sudeste e, principalmente, sul do país. Nesta, grande parte dos imigrantes acabou se tornando pequenos proprietários de terra, ao passo que na primeira foram conduzidos para a lavoura cafeeira e, em algumas situações, para a formação de núcleos coloniais (HUTTER, 1987). A preocupação em torno da ordem das colônias foi um fator considerado pelas autoridades que investiram no policiamento para coibir atos de revolta e de banditismo – o que aconteceu da mesma maneira, principalmente quando promessas não eram cumpridas. Iotti (2011) afirma que a centralização da administração das colônias foi feita para que houvesse um monitoramento destes casos e como forma de intermediar governo e imigrantes. A centralização se dava pelo poder de uma autoridade subordinada ao Ministério da Agricultura, do presidente da província ou do estado, dependendo do período.

O imigrante destinado às colônias agrícolas vivenciou outra realidade daqueles que foram povoar as cidades: diferente destes, os colonos não tiveram um contato cultural intenso com a população local e tinham planos de criar raízes na nova terra,¹⁵ seja pelas dívidas criadas com as empresas ou com o governo brasileiro, seja pela condição de “sem retorno” carimbada no passaporte como requisito para a ida ao Brasil (BAO, 2015). Essas dinâmicas que fornecem uma

¹⁵ No caso de Porto Real, as terras divididas em lotes de 10 hectares, eram destinadas à cada família: “o imigrante só poderia adquirir um lote sob a condição de cultivar ao menos 4.840 metros quadrados e construir uma habitação permanente. O título definitivo de propriedade do lote de terra designado só era adquirido depois que o colono pagasse integralmente o imposto (16.600 Réis) à Fazenda Nacional e provasse estar ao menos há um ano residindo e cultivando (principalmente açúcar) efetivamente. Caso contrário, o Estado poderia hipotecar a propriedade” (LIMA, 2005, p.47).

experiência distinta do imigrante em terras brasileiras conferem à noção de italianidade uma característica múltipla e plural.

Para muitos, o Brasil não era considerado o destino final. O desejo de ir para a América, o Novo Mundo, levava em conta o intuito de melhorar de vida, de ter novas oportunidades de trabalho e melhores condições de sustento. De acordo com Zanini (2008), na década de 1870, quando os primeiros grupos vieram para o Brasil, a Itália passava por transformações da sua recém-unificação. As regiões da nova Itália se distinguiam drasticamente uma das outras com uma grande variação linguística, cultural, política e econômica. Desta forma, os primeiros emigrantes italianos tinham um vínculo muito maior com a sua região de origem do que com o Estado nacional em si: “quando aquelas populações migraram para o Brasil, não se sentiam italianos no sentido de um pertencimento nacional unificado e genérico” (ZANINI, 2008, p. 146).

A imagem da identidade italiana nacional se desenvolveu a partir do processo migratório em que se inseriram, frente à distinção entre italianos e brasileiros. A concepção do ser italiano ou ser brasileiro derivou de uma construção social que impôs fronteiras entre os dois grupos e suas classificações próprias, evidenciando que as narrativas e discursos acerca deste fenômeno é fundamentalmente social e cultural, isto é, são demarcadas a partir de um tempo e espaço e que estão sujeitas às negociações dentro da ordem social e das relações de poder em que se encontram.

De acordo com BAO (2015), o termo italianidade representa, sob a ótica antropológica, a identidade étnica dos imigrantes italianos e seus descendentes no Brasil e, pela perspectiva sociológica, um modo de defesa e reivindicação do modelo cultural, político e econômico da sociedade colonial e da manutenção dos vínculos com a terra de origem dos pioneiros. Além disso, a italianidade não deixa de ser uma construção social resultante dos discursos provenientes dos movimentos de valorização e constituição das identidades culturais a partir da segunda metade do século XX.

As dinâmicas resultantes de processos migratórios antigos ou recentes refletem a capacidade de interação e intervenção no mundo. O caso da colônia italiana formada no interior do estado do Rio de Janeiro no final do século XIX, hoje cidade de Porto Real, reflete atualmente a própria condição do município. Os descendentes dos italianos se organizaram e criaram uma associação alguns anos

antes da emancipação do distrito e, desde então, atuam ativamente nos projetos e na construção da própria imagem de Porto Real por meio da retratação de elementos que remetem à Itália, tais como as cores da bandeira (verde, branca e vermelha) e na letra cantada em seu hino: “[...] Da Itália os primeiros colonos / Vieram a nós se juntar / Na alegria dos italianos / Que vieram a cidade habitar / Somos todos queridos da mama / Os costumes vamos cultivar [...]”.

4. Rede de museus e museu de redes

4.1. O MIGRER e as associações

Os países de imigração compartilham no imaginário da população a miscigenação como elemento fundador da sociedade e os museus como instituições de preservação e valorização de bens materiais e imateriais concretizam a ideia de um passado em que os imigrantes estão presentes na formação histórica e cultural do país por meio da construção do seu espaço e da exposição dos acervos. Neste sentido, a imigração não pode ser compreendida de forma laicizada ou neutra: “não há fala, não há discurso sobre a imigração, mesmo os mais hostis, que não apelem para a moral, ou seja, para as boas intenções e os bons sentimentos, para os interesses simbólicos a eles ligados” (SAYAD, 1998, p. 60), isto é, os princípios morais da sociedade designada estão em jogo junto com as condições e direitos concedidos aos imigrantes e sua inserção no país de acolhida.

Por outro lado, nos países historicamente marcados pelos fluxos emigratórios, como é o caso da Itália, a emigração reforça a presença da sua população ao redor do mundo, considerando que o caráter migratório europeu, no geral, sempre foi frequente em escala regional dentro do próprio continente. De acordo com Truzzi (2008), os fluxos migratórios regionais contribuíram para a formação de uma cultura emigratória que se expande gradualmente para outras regiões de alcance, como é o caso do grande número de imigrantes italianos no Brasil que, em registros anteriores, possuíam histórico de deslocamento circular para os países vizinhos, em especial para a França. Esta cultura favoreceu a saída para terras mais distantes ocasionando um quadro de emigração em cadeia, principalmente com parentes e outros conterrâneos como pioneiros nas travessias.

A relação entre os governos do Brasil e da Itália ocorre desde os princípios dos fluxos no século XIX e se estendeu ao longo dos séculos seguintes por meio de acordos bilaterais acerca dos deslocamentos de seus cidadãos. A inserção da Associação Vittorio Emanuele II, do interior do estado do Rio de Janeiro, e as demais associações brasileiras no *Museo Virtuale Dell’Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER) em 2019 ressalta a continuidade das iniciativas

de solidariedade entre os dois países e o reconhecimento dessas parcerias como fortalecimento para a contribuição cultural e social na formação das populações envolvidas. Na cidade de Porto Real, os intercâmbios entre a região da Emilia-Romagna acontecem desde os primeiros anos de sua emancipação:

Os descendentes, tentando atribuir uma identidade ao município, procuraram recuperar algumas das tradições como a dança e o jogo de *boccie*,¹⁶ e fundaram a Associação Vittorio Emanuele II, nos anos 1990. Além disso, a prefeitura assinou um “Pacto de Amizade” entre Porto Real, Novi di Modena e Concordia Sulla Secchia,¹⁷ e recebeu recentemente o cônsul geral interino da Itália no Rio de Janeiro, Máximo Sassi, para uma homenagem aos mais velhos representantes vivos de 25 das 40 famílias italianas. (LIMA, 2005, p. 117)

O MIGRER foi inaugurado em 2019 após um ano de negociações, fundamentado a partir de uma proposta apresentada na Reunião Regional Sul-americana da *Consulta Degli Emiliano-Romagnoli nel Mondo* (Conselho do Povo Emilia-Romagna no Mundo) na cidade de Buenos Aires, Argentina, em 2017. O Conselho é uma instituição representativa dos fluxos migratórios originários da região italiana e está diretamente associado à Assembleia Legislativa da Região Emilia-Romagna, tendo como principais funções promover iniciativas e reuniões sobre as emigrações, articular eventos e programas culturais com a comunidade no exterior e supervisionar a lista de associações da Emilia-Romagna no mundo, defendendo a proteção e garantia dos direitos dos emigrantes em todo o processo.

Na página de introdução do MIGRER, o museu é apresentado como “um projeto cultural e inovador que se desenvolve inteiramente na web oferecendo ao visitante uma experiência imersiva, interativa e multimídia”¹⁸ assim como é estruturado para ser um espaço virtual que reúne, preserva e comunica sobre os testemunhos materiais e imateriais da cultura dos emigrantes da Emilia-Romagna e seus descendentes. A criação do projeto virtual procurou reunir a experiência

¹⁶ O jogo de *boccie* ou, em português, bocha tem origem incerta, mas chegou ao Brasil junto com os imigrantes italianos. É um jogo de precisão em que se lança uma bola chamada bocha o mais próximo possível da bola menor chamada bolim, contabilizando pontos para a equipe ou jogador que conseguir deixar a bocha mais próxima do bolim.

¹⁷ Novi di Modena e Concordia Sulla Secchia são duas comunas italianas localizadas na província de Modena, que está situada na região da Emilia-Romagna.

¹⁸ Disponível em: <https://www.migrer.org/il-museo/> Acessado em: 08 ago. 2024.

migratória da região do norte da Itália ao redor do mundo, conectando comunidades que estão fisicamente distantes uma das outras.

Com o intuito de diminuir a distância entre os agentes e reunir a comunidade Emilia-Romagna no mundo, o museu foi construído para incentivar as trocas entre as associações e a criação de novas conexões, se tornando um ponto de referência que contém informações históricas e contemporâneas, assim como um espaço que proporciona novos diálogos entre os envolvidos e interessados no tema migratório. Tendo como finalidade geral a “informação, documentação e formação permanente dos cidadãos” conectando passado, presente e futuro, o museu virtual estabeleceu cinco principais objetivos que atravessam sua missão:

1. Preservar e valorizar o patrimônio histórico-artístico-cultural da emigração Emilia-Romagna no mundo, na posse do Conselho Emilia-Romagna, organizando-o e arquivando-o de acordo com critérios definidos e claros que garantam a sua plena acessibilidade (física e intelectual), promoção e conhecimento;
2. Aumentar o patrimônio museológico com documentos significativos com base em orientações e com métodos definidos de forma a construir um arquivo dinâmico e atualizado do fenômeno da emigração, bem como monitorização e observatório contínuos;
3. Promover a investigação, eventos e atividades culturais capazes de garantir o mais amplo conhecimento e fruição do patrimônio, envolvendo também a comunidade internacional de emigrantes da Emilia-Romagna de todo o mundo, associações, organismos e instituições;
4. Educar através de atividades que o museu planeia e disponibiliza para tornar o seu patrimônio compreensível e acessível ao público e apoiar processos de aprendizagem, tanto formais (no âmbito de percursos educativos estruturados) como informais, ou seja, dirigidos a indivíduos ou tipos de público com o fornecimento de ferramentas de apoio autoaprendizagem.
5. Conectar, relacionar e unir as associações e os emigrantes individuais da Emilia-Romagna entre si e com a nossa região, criando novos caminhos de conhecimento, crescimento, intercâmbio, diálogo e comparação, e promovendo sinergias capazes de promover a cultura, a excelência, a arte, a cultura dos direitos, memória e valores da nossa região no mundo. (MIGRER, 2024, tradução da autora)

A região da Emilia-Romagna está localizada ao norte da Itália, possui cerca de 4 milhões de habitantes e faz fronteira com Vêneto, Lombardia, Piemonte, Ligúria, Toscana e Marche. A capital se chama Bologna e, além desta, a região dispõe de mais oito províncias:¹⁹ Piacenza, Reggio Emilia, Parma, Modena, Ferrara, Ravenna, Forlì Cesena e Rimini, “com rica agricultura, cidades históricas importantes e indústrias florescentes, é uma das regiões mais prósperas e de melhor qualidade de vida da Itália” (EMILIA-ROMAGNA BRASIL, 2024).

No período da chamada “grande imigração” ou “velha imigração” dos italianos no Brasil, que remete a meados de 1870 e segue pelos próximos trinta anos, os registros de saída dos cidadãos da Emilia-Romagna não foram significantes em comparação à média nacional da mesma época. O destino final foi majoritariamente voltado para o continente europeu (a França liderando com 45% o fluxo de emigrantes italianos na Europa) seguido da América, onde Brasil e Argentina ficaram empatados com a taxa de 26% da recepção dos imigrantes e os Estados Unidos na frente com o total de 45% (MIGRER, 2024).

Figura 4 - Emigrantes no Brasil por províncias italianas



Fonte: IBGE (2000).

¹⁹ “A Itália é um Estado Unitário, uma república parlamentarista. Diferente de uma Federação de Estados como está organizado o Brasil. Embora não seja uma federação, a Itália é dividida em regiões, que por sua vez são divididas em Províncias e *Comune* (Comunas ou Municípios). As *Province* (Províncias) são como microrregiões dentro de uma região e, com pouquíssimas exceções, a Província leva o nome da sua cidade mais importante, ou seja, sua “capital” ou *capoluogo*. As Províncias italianas são, por sua vez, divididas em *Comune* (cidades).” (EMILIA-ROMAGNA BRASIL, 2024).

No Brasil, os imigrantes italianos que chegaram neste período são originários na grande maioria da região de Vêneto, também ao norte na Itália, seguido, respectivamente, da Campânia, Calábria (ambas no sul do país) e Lombardia (também ao norte). A Emilia-Romagna ocupa a sétima posição no quadro quantitativo das regiões de procedência dos imigrantes italianos, ficando atrás da Toscana, sua região vizinha (IBGE, 2000).

Apesar da maior taxa dos imigrantes italianos terem se instalado no sul do Brasil, as oito associações brasileiras presentes no MIGRER estão em sua maior parte localizadas na região sudeste: três no estado de São Paulo, duas no Rio de Janeiro, duas em Minas Gerais e uma no Rio Grande do Sul.²⁰ Não há uma metodologia específica para o mapeamento das associações: elas já estavam previamente registradas no cadastro regional do Conselho, possuindo autonomia para modificar suas exposições dentro do museu, atualizando notícias e eventos de acordo com as ações realizadas em cada localidade. As associações registradas no Conselho ganharam credenciais de acesso ao portal e receberam treinamentos oferecidos pelo próprio órgão via cursos e manuais de funcionamento da plataforma.

O ambiente virtual do museu, além de contar com a história dos fluxos migratórios e das próprias associações, também possui uma coleção digital de imagens, áudios e vídeos, reunindo um acervo histórico plural e diversificado, do mesmo modo em que se constitui como um canal de notícias dos eventos e comemorações acerca destas emigrações ao redor do mundo. Ele é organizado a partir de setores que orientam a experiência do visitante, que também pode optar por seguir seu caminho virtual pelo mapa do site.²¹

A possibilidade de criação e reformulação da modalidade das instituições – do presencial para o virtual – é própria do contexto contemporâneo e globalizado, considerando que o desenvolvimento dos meios tecnológicos, de comunicação e informação são fundamentais para permitir a superação da distância entre tempo e espaço. Desta forma, o museu virtual se consolida como inovador e democrático no

²⁰ As associações no Brasil são: Associação Emiliano-Romagnola Bandeirante, Circolo Emilia Romagna de São Paulo e Società Emilia-Romagna Baixa Mogiana no estado de São Paulo; Associação Cultural Emilia-Romagna da Zona da Mata e Associação Emilia-Romagna do Estado de Minas Gerais (AERMG) em Minas Gerais; Associação Vittorio Emanuele II – Porto Real (AVE II) e Associazione Culturale Emilia Romagna Rio Di Janeiro no estado do Rio de Janeiro; Associação Emilia Romagna do Rio Grande do Sul.

²¹ Disponível em: <https://www.migrer.org/sitemap/> Acessado em: 19 ago. 2024.

campo institucional, proporcionando uma acessibilidade e promovendo a conexão entre interlocutores de diferentes regiões. No MIGRER, a finalidade da comunicação como meio de interação está presente quando o museu reforça como um de seus objetivos a tentativa de “estreitar as relações com os países de emigração”.

A partir da definição de museu concebida pelo ICOM, Chagas (1985) entende que a ideia do material de trabalho de uma instituição museal é produto consequente da relação do homem com seu ambiente, e que nos extremos dessa relação pode haver uma proximidade maior com as ciências humanas ou com as ciências da natureza. O museólogo reforça a importância do afastamento da visão fragmentada e deformada que o homem tem de si mesmo para retomar uma visão sintética do mundo, no sentido do particular para o universal. O autor também acredita que este é um trabalho interdisciplinar gradual e constante que, em vez de colocar o museu como uma instituição fixa espacialmente, vai expandir-se para além de seus muros, exercendo uma função social mais ampla.

A formação de um museu de migração e seus mecanismos de ação foi discutida no encontro realizado em Roma em 2006 pela UNESCO e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) que reuniu representantes de 15 museus associados a movimentos migratórios. O debate discorreu em torno das possibilidades e potencialidades deste modelo de instituição, considerando que a realidade de cada país e cada contexto sejam únicas. De acordo com Quirós, Amar & Lavabre (2020), as recomendações resultantes deste encontro abrangeram três principais fatores de reflexão: primeiro, o reconhecimento da contribuição dos imigrantes na constituição do país de destino, favorecendo, em segundo lugar, meios para o sentimento de pertencimento à nação acolhedora e a elevação da autoestima dos imigrantes e seus descendentes; estes dois primeiros pontos impactam positivamente na integração local e posição social destes indivíduos no país de acolhida. O terceiro fator diz respeito ao país de origem, que deve sensibilizar a sua população para as condições dos deslocamentos de saída, adotar medidas de enfrentamento a preconceitos, com o museu estabelecendo meios para a criação do sentimento de empatia, transformando os julgamentos em relação aos migrantes: “[...] por meio desse duplo movimento, os museus testemunhariam a riqueza da diversidade cultural das sociedades do século XXI e garantiriam um

futuro pacífico, se não pacificado” (QUIRÓS; AMAR; LAVABRE, 2020, p. 14 tradução da autora).

Este programa de abrangência mundial não colheu muitos resultados imediatos e seus efeitos ainda estão se desenvolvendo, uma vez que os museus não reduziram as crises identitárias ou a manifestação da xenofobia em relação a grupos minoritários. A exposição da história e da cultura dos migrantes como garantia de seu reconhecimento e a divulgação dos relatos de vida dos migrantes como forma de gerar empatia da sociedade nos espaços museais não é um retrato simples e universal como pensado: a patrimonialização das migrações e a intenção dos envolvidos em participar do museu, assim como os resultados esperados, são variáveis e envolve contradições e tensões deste mundo (QUIRÓS; AMAR; LAVABRE, 2020).

O MIGRER segue um modelo democrático quando possibilita a inscrição voluntária dos interessados e sua associação ao museu de forma online. No seu espaço, a participação e envolvimento com a plataforma é interdependente, tendo as associações sua própria autonomia e domínio na publicação dos conteúdos e acervos particulares, com o apoio técnico da instituição tanto para o auxílio na adaptação da plataforma quanto para o manuseio das ferramentas do ambiente virtual.

Figura 5 - Página da AVE II no MIGRER



MIGRER
MUSEO VIRTUALE DELLE MIGRAZIONI
EMILIANO-ROMAGNOLA NEL MONDO

STORIE ASSOCIAZIONI NEWS ED EVENTI TIMELINE

Associação Vittorio Emanuele II - Porto Real - Rio de Janeiro

Brasile

Sede: Nova Colonia
Porto Real
Brazil

ave2.contator@hotmail.com

<http://www.ave2.com.br/>

L'Associazione è un'organizzazione senza scopo di lucro, fondata da discendenti di Italiani, le cui famiglie arrivate a Porto Real per l'anno 1875. La sua struttura organizzativa è composta di Amministrazione, Advisory Board e Consiglio di Sorveglianza, eletto dal telaio associato, tutti i quali mantengono le loro posizioni volontariamente. L'associazione ora ha 70 membri. Fondata nel 1989, è diventato attivo dal 1998 con l'inaugurazione del Consiglio di amministrazione e lo svolgimento della prima festa della cultura italiana.

Oggi, grazie al lavoro di questa associazione, il nome di Porto Real viene portato in 22

Fonte: <https://www.migrer.org/associazioni/associacao-vittorio-emanuele-ii/> (2024).

A Associação Vittorio Emanuele II (AVE II) de Porto Real, como uma entidade sem fins lucrativos criada pelos descendentes dos imigrantes, atua na cidade organizando festividades voltadas para a celebração das características da cultura italiana e compartilhando com determinada frequência os eventos realizados na cidade. Entre eles o Projeto “Memória Viva” registra e reúne os depoimentos das gerações mais recentes, e até de moradores da região que não são descendentes de italianos, sobre as histórias da cidade. A AVE II também possui grupos de dança (Grupo Le Picolle Ballerine, as Polentinhas e o Grupo Belle Ballerine), um programa de rádio chamado “Programa Momento D’Itália” que acontece aos sábados das 9h às 12h na Rádio Colônia FM desde 2006, realiza anualmente a tradicional Festa da Cultura Italiana e promove encontros gastronômicos através do projeto “Nossa Cozinha, Nossa História”. De acordo com a sua página no MIGRER,²² as tradições presentes em Porto Real são:

- A Gastronomia carro chefe da Colônia onde as Massas tipicamente Italianas são feitas pelas nossas *Mammas*, com isto visitantes e turistas de toda a região que nos visitam e apreciam a culinária Italiana compram essas massas, fortalecendo o comércio local com geração de empregos.
- Tradicional almoço em família sempre aos domingos com uma bella massa feita pelos familiares.
- Jogo de *Boccia* trazidos pelos imigrantes italianos e que até hoje é mantido pelos descendentes em nosso Município. (MIGRER, 2024)

Seguindo a teoria weberiana, a relação social se divide em duas categorias distintas para fins de análise sociológica: existe a relação comunitária, no qual a ação social é contemplada pelo sentimento subjetivo de pertencimento (afetivo ou tradicional) dos indivíduos a um grupo, e a relação associativa, que envolve um acordo racional e recíproco, orientada pelo modo racional referente a valores ou pelo modo racional referente a fins. Esta separação é puramente analítica na medida em que, na maioria dos casos, ambos os caracteres (comunitário e associativo) estão presentes. Por mais que a relação social se restrinja de modo racional a certo objetivo, é possível o desenvolvimento de valores afetivos ou emocionais que superem o fim intencionado.

²² Disponível em: <https://www.migrer.org/associazioni/associacao-vittorio-emanuele-ii/> Acessado em: 08 ago. 2024.

As relações associativas são formadas por meio de um acordo ou uma união de interesses racionalmente motivados, seja para se destacar no mercado, garantir melhores preços, assegurar transações, ou outros propósitos:

Chamamos “associação” uma relação social fechada para fora ou cujo regulamento limita a participação quando a observação de sua ordem está garantida pelo comportamento de determinadas pessoas, destinado particularmente a esse propósito: de um dirigente e, eventualmente, um quadro administrativo que, dado o caso, têm também, em condições normais, o poder de representação. (WEBER, 2000, p. 30)

O elemento central para a associação é a presença de um dirigente cuja ação garanta a ordem e o bom funcionamento da organização. Essa é uma característica de importância prática na qualificação da relação social fechada como uma associação, uma vez que nem toda relação é necessariamente uma associação. De acordo com Weber (2000), sua condição está estritamente ligada à existência de um dirigente e um quadro administrativo, em outras palavras, de agentes dispostos a colocar em prática, a partir de sua ação, a ordem da associação. A falta desses fatores indica apenas a existência de uma relação social.

A Associação Vittorio Emanuele II reforça esta teoria ao possuir uma organização interna que conta com membros responsáveis por organizar suas tarefas e funções, contando com um presidente, uma diretoria social, equipe administrativa e financeira, todos atuando de forma voluntária, além de cerca de 70 sócios que contribuem para a manutenção da associação. Pela dedicação do seu trabalho e atuação dos seus membros em Porto Real, a AVE II foi agraciada com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em 26 de junho de 2024 ao reconhecer o compromisso da associação para a preservação e promoção da cultura italiana na região.

Considerando que “o Museu da Emigração dedica-se à exploração dos fenômenos migratórios, das razões pelas quais certos indivíduos decidem deixar seu país de origem e aquelas pelas quais retornam à sua terra natal” (ROCHA-TRINDADE & MONTEIRO, 2007, p. 155, tradução da autora), os pioneiros que partiram e não retornaram ao seu país de nascimento ganharam um protagonismo nas narrativas reproduzidas e construídas no imaginário de seus herdeiros que, a partir desta referência familiar, reforçaram os laços criados entre as duas nações,

mesmo quando não possuem uma afinidade direta ou alguma vivência com o país natal dos primeiros imigrantes.

Nesta perspectiva, os descendentes ganham papel de destaque no decurso de valorização das raízes e no levantamento dos valores e recordações familiares dos imigrantes ao se tornarem os transmissores de uma tradição herdada. O historiador Eric Hobsbawn (2008) afirma que a tradição é um fenômeno resultante de construções sociais recentes com a finalidade de atender a demandas específicas de um determinado momento histórico. Assim, as tradições inventadas são compartilhadas via costumes, símbolos e valores que podem reforçar ou não propósitos específicos, como o fortalecimento de uma identidade própria e o senso de pertencimento de uma comunidade.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza real ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN, 2008, p. 9)

Assim como a tradição, a memória é um instrumento que fortalece as questões identitárias e pode ser moldada para garantir determinadas narrativas, não sendo apenas uma mera referência ao passado. A memória dos grupos encontra interesse dos atores envolvidos em cada contexto e possibilita o encontro da condição da memória familiar com a memória pública no desenvolvimento de uma musealização das migrações (DEVOTO, 2011). Essa memória é reconstruída a partir da seleção de lembranças como experiência “feliz”, em que comunidades de imigrantes ou seus grupos dirigentes se esforçam para patrimonializar a sua memória na relação entre a experiência vivida e a experiência narrada na tentativa de evitar o esquecimento.

A possibilidade de armazenamento de documentos e outros registros históricos, como fotos e cartas, em formato digital garante novas formas de preservação de informações funcionando como um novo tipo de repositório da memória coletiva e individual. As ferramentas de armazenamento digital, tais como os cartões de memória, permitem uma forma mais acessível e duradoura de arquivamento da memória de forma a expandir a capacidade de conservação da mesma. A internet, o ambiente virtual e as redes sociais se consolidam como

alternativas de acesso, armazenamento e divulgação de memórias na era digital, podendo ser da mesma forma uma ferramenta efetiva para sua construção.

A inserção das gerações recentes e a propagação do seu movimento nas redes sociais, no entanto, consiste no que Pimenta (2017) reitera quando defende que os usos da internet e outras dinâmicas acessadas no ciberespaço pelos atores sociais dependem de uma competência informacional que se desenvolve pela própria transição e construção das práticas da cultura digital. Os espaços sociais virtuais se determinam a partir das plataformas digitais que fazem a mediação da informação entre os interlocutores, por meio de inúmeros aparatos, que podem criar mobilizações em torno de diferentes causas e atores. Nesse contexto, a construção do conceito bourdieusiano de campo se consolida não apenas pelo entendimento do campo de produção como um “universo relativamente autônomo de relações específicas”, mas também por ser um espaço social que compreende relações objetivas entre os agentes (BOURDIEU, 1989).

O MIGRER, como plataforma virtual que reúne e expõe um conteúdo específico que destaca as associações dos emigrantes da região da Emilia-Romagna, funciona como meio de manter as estruturas estruturadas que a constituem, assim como promover espaço de ação prática de narrativas e experiências a partir dos usuários que percorrem campos sociais distintos. É possível compreender o seu papel de atuação para a formação e reprodução de determinadas narrativas, considerando que:

Desta maneira, sugiro que hoje a cultura informacional e comunicacional constituem, por meio da tecnologia e suas formas de interação homem/computador, espaços sociais que ora se tangenciam, ora se transversalizam; ora sobrepõem-se, ora convergem à construção e reconstrução de dimensões espaço-temporais por onde capitais, códigos, classificações, símbolos e, por fim, *habitus* continuarão a se reproduzir. (PIMENTA, 2017, p. 248)

As redes sociais permitem a construção de narrativas coletivas que podem fortalecer a formação histórica de um grupo e suas manifestações culturais. A AVE II, para além das atividades no MIGRER, possui outros canais de comunicação da internet de forma a abranger usuários de diferentes fontes e diversificar a transmissão dos seus conteúdos. É possível verificar iniciativas similares entre associações e outros grupos organizados que procuram registrar seus traços

identitários, preservar a memória coletiva e divulgar as ações tomadas em prol de sua comunidade.

As organizações associativas também foram fundadas colônias originadas de outras nacionalidades, sustentando as narrativas familiares e a experiência dos vínculos criados entre o país natal e o país de acolhida. No caso dos alemães, as associações se consolidaram como espaços de convivência e sociabilidade relacionadas ao nacionalismo e espírito germânico, compartilhando práticas artísticas e culturais que “não tinham apenas o perfil de agremiações esportivas ou recreativas, pois neles eram realizadas representações teatrais, sessões de música e outras atividades relacionadas com a noção de *Kultur*²³ numa contextualização germânica que valorizava a “consciência” linguística e o *Deutschtum*²⁴” (SEYFERTH, 2011, p. 55).

É possível observar, com base em Weber, o reconhecimento da importância das formações sociais de caráter coletivo, tais como o Estado, família ou cooperativas, e seu tratamento como “indivíduo” ou agentes em ação, analisando como essas formações são um desdobramento de ações específicas de indivíduos orientadas por um sentido. O autor defende que, para a Sociologia, não existe uma personalidade coletiva em ação, visto que quando se fala dessas formações, fala-se do curso da ação social de pessoas individuais.

De acordo com o sociólogo alemão, não só é possível como provável a existência da vigência simultânea de diversas ordens dentro de um mesmo círculo, assim como raramente as ações sociais se desenrolam a partir de um tipo puro exclusivo. A interpretação sociológica permite a percepção de que um agente pode ser orientado por mais de uma ordem, até contraditórias, mesmo que apenas em uma única ação. Este atestado acaba provando e fortalecendo a ideia da complexidade que funda as investigações da Sociologia e a importância de sua estruturação como ciência para a compreensão do conhecimento (WEBER, 2000).

A existência da pluralidade de valores e crenças em uma sociedade gera constantes conflitos entre os diferentes grupos sociais, uma vez que as tradições e os valores simbólicos exercem influência sobre as ações humanas. Neste sentido, o

²³ “A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*” (ELIAS, 1994, p. 24).

²⁴ *Deutschtum* é um termo alemão que se refere à noção de germanidade, uma característica que envolve o idioma, a cultura e a lealdade ao país alemão como traços constitutivos de uma identidade própria.

questionamento acerca de como o passado é reinterpretado e reconfigurado nas instituições museais pode provocar tensões acerca das relações de poder e das legitimidades que se formam a partir de um posicionamento seletivo do que é exposto e apresentado. O museu contempla em seu espaço a dimensão simbólica e tradicional dos acervos, ao mesmo tempo que se constitui como uma instituição moderna que busca organizar e classificar conhecimento.

Consequentemente, como instituições de educação patrimonial, os museus também podem adotar ações voltadas para parcerias e cooperações com as redes de ensino através do treinamento e diálogo com os professores, oferecendo suporte na criação de programas alinhados com sua missão. Seja de caráter físico ou virtual, as instituições museais têm condições para expandir as capacidades de acesso à cultura considerando que “ampliar públicos significa se fazer conhecer, divulgar a instituição e seus projetos e oferecer serviços através dos canais de comunicação. [...] Ampliar públicos significa rever com humildade o que está se oferecendo no museu” (GUEDES, 2017, p. 359).

Uma das propostas do MIGRER é focada exclusivamente na parte pedagógica, oferecendo “propostas educativas, cursos aprofundados e materiais para abordar o tema da emigração na escola, bem como pesquisas universitárias sobre o tema da emigração cofinanciadas pelo Conselho dos povos da Emilia-Romagna no mundo”²⁵. Com arquivos e materiais de conteúdos históricos, glossários, cartas, indicações de filmes, documentários e músicas acerca da história da emigração italiana recomendadas para o ensino básico e secundário, além de proporcionar um curso de italiano para os inscritos no seu portal, o museu virtual divulga pesquisas acadêmicas sobre os movimentos emigratórios realizados nas universidades da região da Emilia-Romagna.

A partir desta perspectiva, Castells (2011) acredita no papel do museu virtual de proporcionar a comunicação das diversidades culturais e identitárias a partir da ciência, da arte e da experiência humana, quando o mesmo compartilha as diferentes temporalidades e conecta as dimensões globais e locais de identidade e espaço por uma plataforma online. Ele reconhece, no entanto, que essa capacidade não está no alcance de todas as instituições. Em suas palavras:

²⁵ Disponível em: <https://www.migrer.org/didattica-e-ricerca/> Acessado em: 01 jun. 2024.

Somente aqueles que forem capazes de articular fluxos virtuais num local específico – pois a comunicação e a cultura são globais e virtuais, mas precisam também de marcadores espaciais; aqueles que forem capazes de sintetizar a arte, a experiência humana e a tecnologia, criando novas formas tecnológicas de protocolos de comunicação; aqueles que forem abertos à sociedade, não sendo portanto apenas arquivos, mas também instituições educacionais e interativas, ancoradas em uma identidade histórica específica e ao mesmo tempo abertas à correntes multiculturais presentes e futuras. (CASTELLS, 2011, p. 20)

As exposições com percepções e obras artísticas e culturais estão presentes no MIGRER, na qual as “salas” de exposição são alimentadas de acordo com a presença das associações na rede. É a partir da movimentação dos membros registrados que o museu se mantém vivo e atualizado, criando forma não apenas como repositório dos elementos materiais e imateriais que dão sentido à sua existência, como também formando bases e condições para uma educação em uma rede cultural dinâmica e interativa. Esta rede é atualizada a todo momento, colocando em evidência as manifestações fundadas a partir do engajamento que existe entre as duas nações.

Por mais que a experiência de integração dos imigrantes italianos no Brasil do final do século XIX proporcionou a oportunidade de criar condições nacionalidade brasileira, suas vivências seguiram culturalmente as representações vinculadas à lógica identitária do seu país de origem (BOA, 2015). Essa alegação pode ser confirmada “quando, nos anos 1970, são comemorados os 100 anos de imigração italiana, é essa Itália multifacetada que é festejada no Brasil, onde um número cada vez maior de jovens descendentes deseja sua dupla cidadania” (GOMES, 2000, p. 177). Os vínculos formados nas comunidades acerca dessa origem em comum reforçam as características identitárias do grupo e seu reconhecimento por parte dos indivíduos envolvidos, que influenciam e são influenciados pelas iniciativas como a busca pelo reconhecimento da dupla cidadania nas comunidades originadas das colônias.

As comunidades locais, segundo Castells (1999), propiciam também a criação e manutenção das redes sociais e a internet viabiliza ambas a partir dos seus aparatos tecnológicos, na medida em que os usuários acessam e interagem nas redes virtuais que lhes são interessantes a partir dos valores e conteúdos presentes,

criando da mesma forma vínculos com seus pares. Os conteúdos no ambiente virtual são destacados de acordo com os interesses manifestados na rede, fortalecendo as preferências culturais e sociais de determinado indivíduo. Os elementos, no entanto, que são consumidos estão em constante negociação e expostos às mudanças, considerando que o processo de globalização expande e impulsiona narrativas de tendência homogeneizadora e hegemônica.

Enfrentar a complexidade do mundo globalizado por meio da criatividade e da cultura por onde o indivíduo contemporâneo se influencia pelos estilos de vida, para além de sua função estética, indica o museu, “[...] como espaço de discussão, de conhecimento e de experiência, desempenha um importante papel, hoje, de catalisador das emoções, de uma espécie mesmo de refúgio, transformando a funcionalidade do modernismo no belo e no sublime” (CARVALHO, 2008, p. 22).

A extensão dos espaços público e privado se entrelaçam no contexto digital do museu considerando que as memórias pessoais e familiares se tornam objetos de uma exposição compartilhada. A barreira da distância espacial entre os agentes é enfraquecida e estes se tornam protagonistas não só da sua própria experiência individual, mas também como representantes de uma história mais extensa, expressando sua participação na dinâmica de um dever coletivo. A partir do MIGRER, os descendentes dos italianos migrantes da região da Emilia-Romagna começam a compartilhar uma outra característica em comum – a do pertencimento ao museu – e são influenciados a compartilhar e conhecer, a partir dos acervos disponibilizados digitalmente, outras experiências cotidianas e culturais.

4.2. Redes de migrações, museus e associações

O museu público moderno se tem suas origens na virada do século XVIII para o XIX, a partir de um complexo processo envolvendo a transformação das instituições existentes e a criação de novas instituições. Bennett (1995) aponta para a necessidade de entender a formação do museu a partir de um processo que considera a cultura como um instrumento para o exercício de novas formas de poder: “por um lado, a cultura - na medida em que se referia aos hábitos, à moral, às maneiras e às crenças das classes subordinadas - era vista como um objeto de

governo, como algo que precisava tanto de transformação quanto de regulamentação” (BENNETT, 1995, p. 19). A cultura, diferente da concepção funcionalista que a determina como um produto social e um meio do homem satisfazer suas necessidades, é compreendida como uma força determinante e independente que é incessantemente negociada e desenvolvida a partir das relações e interações dos indivíduos. Nas palavras de Oliveira Santos (2010, p. 39), “[...] a cultura é construída deliberadamente para construir identidade”.

Nas teorias de migração, a noção de cultura está voltada para as ideologias de pertencimento e seus usos nos contextos de desigualdade nos territórios. A cultura é apresentada não apenas na manifestação da vida cotidiana, nos hábitos e costumes dos imigrantes na nova terra, mas também nas instituições formadas desde a chegada dos mesmos. A escola como referência de ensino e como extensão do lar na experiência das colônias alemãs no vale do Itajaí, em Santa Catarina, por exemplo, representa como este fenômeno não é restrito. De acordo com Seyferth (2011), a teuto-brasilidade se consolidou principalmente pelo lar e pelo idioma, conferindo autenticidade da germanidade em terras brasileiras junto com a circulação de livros sobre a colonização pelos jornais e publicações da imprensa local. Nas palavras da autora:

[...] essa circulação repercutiu nas representações da etnicidade voltada para a dimensão cultural contida na ideia de *Heimat*,²⁶ presente também na correspondência de Hermann Blumenau, onde o Vale do Itajaí é apresentado como “verdadeira pátria”, conservando-se a nacionalidade alemã. A nação alemã, nesse caso, tem uma representação cultural, não política, permitindo equacionar a germanidade com a territorialização no Brasil. (SEYFERTH, 2011, p. 54)

A princípio, uma emigração comumente circular pode se transformar em uma emigração em cadeia, considerando que os indivíduos, por meio do fortalecimento dos laços familiares locais ou pela prosperidade garantida pelas condições de trabalho no país de destino, optam por ficar e se estabelecem como pontos de referência para a recepção dos futuros imigrantes. Os canais por onde as informações são transmitidas entre os indivíduos retratam um cenário que pode

²⁶ A palavra *Heimat* não tem uma tradução literal para o português e, de modo geral, significa cidade natal, casa ou lar; também pode possuir diferentes conotações associadas à nacionalidade alemã. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/heimat-e-seus-v%C3%A1rios-significados/a-42590724> Acessado em: 19 ago. 2024.

influenciar os novos deslocamentos ou não, considerando o alcance da sua disseminação e os elos das relações envolvidas. De acordo com Truzzi (2008), a informação e sua confiabilidade realçam as relações sociais primárias que significa, em outras palavras, que as informações de familiares ou conhecidos próximos tinham maior grau de validação para os indivíduos do que as propagandas dos agentes e recrutadores, cujo principal propósito era a obtenção de lucros com as partidas das viagens.

A composição das redes no processo de saída e chegada e a criação de vínculos comunitários no período de adaptação no solo brasileiro possibilitou uma integração mais densa à nova realidade ao mesmo tempo em que as estratégias de devoção à terra de origem combatiam, gradualmente, os riscos de assimilação dos italianos recém-chegados no fluxo da “grande imigração” que tem origem nos anos 1870. Os constantes laços sociais e culturais entre os imigrantes foram fundamentais para a caracterização de uma identidade forte que, durante a sua consolidação, celebrou a comunhão das duas nações entre as ações e práticas dos grupos de imigrantes.

O emigrante parte condicionado pelas redes formadas por relações que influenciaram sua partida, se tornando agente mobilizador do seu próprio capital social, passando a “[...] ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora” (TRUZZI, 2008, p. 207). Se até meados de 1900 a identidade dos grupos era caracterizada pelas suas condições de trabalho, renda e sua posição na estratificação social adquirida ou pelas representações consolidadas socialmente, a partir da segunda metade do mesmo século novas manifestações transformaram o modo de interpretação da sociedade pelas Ciências Sociais que se deparou com a pluralidade destes grupos emergentes e os desafios em prol de suas reivindicações:

Desta nova perspectiva, passou-se a afirmar que indivíduos constroem suas identidades e que a manutenção destas identidades depende do processo resultante das interações mantidas por estes indivíduos no processo de compreensão de si próprios e de suas intervenções na realidade. (DE OLIVEIRA SANTOS, 2010, p. 29)

Segundo Devoto (2011), o movimento de um reconhecimento das migrações é recente visto que, por muito tempo, alguns grupos de migrantes não tiveram espaço na consolidação da memória pública, que é diferente da memória individual e familiar, assim como nos debates acerca do patrimônio cultural brasileiro. No processo de nacionalização das massas como estratégia de fortalecimento do Estado Nacional, crescente nos séculos XIX e XX, o imigrante foi considerado como sujeito social transitório destinado a se incorporar em algum momento na nova comunidade, contribuindo com a mesma. Neste contexto, a noção de *melting pot*²⁷ esteve presente a partir de “[...] fórmulas que se referem ao projeto de integração dos imigrantes em uma cultura original imaginária pré-existente” (DEVOTO, 2011, p. 240, tradução da autora).

Se antes as teorias de assimilação previam o desaparecimento dos grupos étnicos minoritários com sua inserção à nação acolhedora, assim como a teoria do *melting-pot* considerava a ideia de uma integração gradual e da homogeneização a partir da contribuição cultural desses indivíduos para a cultura nacional, o pluralismo defende a ideia de que os imigrantes não perdem as singularidades originais de sua cultura, mas as mantêm como características visíveis na sociedade (DE OLIVEIRA SANTOS, 2010).

A cultura esteve fortemente presente na estruturação dos Estados-nação a partir, principalmente, das bibliotecas, dos museus e das escolas e universidades que se caracterizaram por serem delimitadas – tanto fisicamente quanto simbolicamente – representando o passado ao mesmo tempo que constituindo dinâmicas identitárias atuais e a participação coletiva de um saber universal (LÓPEZ BORBÓN, 2017). Museu e cultura, portanto, podem ser entendidos a partir da concepção trazida por Castells (2011) que relata:

Primeiramente, museus são instituições culturais, isto é, são sistemas de armazenamento, processamento e transmissão de mensagens culturais potencialmente interativas, dentro de, e para um determinado contexto social. Quanto ao termo cultura, utilizo-o no clássico sentido sociológico e antropológico de um sistema de valores e crenças que informam o comportamento das

²⁷ “O conceito de *melting-pot* pressupõe uma diluição da etnicidade na cultura [norte-]americana, mas, ao mesmo tempo, a sociedade americana se divide em linhas étnicas em que se marca as diferenças étnicas, portanto o *melting-pot* idealizado não existe. No Brasil o *melting-pot* foi pensado não como assimilação, mas como miscigenação” (OLIVEIRA SANTOS, 2010, p. 33).

peessoas e que são articulados e expressos por meio de instituições sociais. (*ibid.*, p. 9)

No Brasil Imperial, segundo Santos (2004), a natureza acadêmica e científica dos museus prevaleceu sobre as demais, não tendo a mesma interpretação das missões e função social como é atualmente, tendo se consolidado como espaço de exposição, visitação e contemplação de acervos específicos da fauna e flora brasileira e, posteriormente, bens representativos da identidade nacional. A pesquisa era a atividade prioritária nos museus brasileiros e a recepção do público era realizada majoritariamente para grupos restritos de intelectuais com interesses acadêmicos.

No último século, os museus passaram por grandes exigências de reformas, que, apesar de variar de acordo com cada contexto de espaço e tempo, seguiram essencialmente dois princípios: o da garantia dos direitos do público, isto é, da condição dos espaços museais serem acessíveis e abertos a todos, e o da adequação da representação, defendendo que as culturas e valores dos diferentes grupos sejam considerados em sua forma íntegra e democrática na apresentação das instituições (BENNETT, 1995).

Concordando com a concepção de Buckingham, Bennett (1995) descreve como as condições do bem-estar moral e físico de uma população estão diretamente associadas a melhores condutas e comportamentos dos indivíduos, aumentando as chances de laços de solidariedade e do desenvolvimento de atitudes nobres dos mesmos. Espaços como bibliotecas, centros de leitura e galerias de arte seriam, para ele, instrumentos propícios para a criação de um caráter saudável do ser humano, com dispositivos culturais influenciando a formação de um ambiente favorável para o bem-estar da população.

Do ponto de vista local, os novos museus municipais se caracterizam por ser pequenas instituições que abrangem a história do município e seu papel ou contribuição para o contexto nacional, contando com um acervo diversificado acerca da história dos personagens da região, dos processos de colonização e das especificidades produzidas e originadas do local, sendo valorizada como arte erudita ou popular. No interior da França, em cidades pequenas, a criação de espaços de museus nos municípios do interior representaria não só uma iniciativa de preservação e divulgação da história local, como também uma área de convívio

e de fortalecimento da autoestima, promovendo relações de solidariedade entre os membros da comunidade (SANTOS, 2004).

Uma habitual visitação nesses espaços, todavia, depende de uma “necessidade cultural”²⁸ que está diretamente associada aos conhecimentos incorporados e adquiridos ao longo do aprendizado dos agentes: “em outras palavras, a sociedade oferece a todos a possibilidade teórica de usufruir as obras expostas nos museus, mas, ainda assim, apenas alguns têm a possibilidade real de realizar esta possibilidade” (GUEDES, 2017, p. 353). A partir das noções bourdieusianas de *habitus*, gosto e capital, pode-se entender os mecanismos de formação de preferências e interesses dos indivíduos, tal como se comportam, suas preferências e lugares que frequentam.

Da mesma forma, pensar espaços virtuais e a noção de *habitus* bourdieusiana é pensar uma dependência tecnológica que as gerações mais recentes conhecem desde o início da sua vida social (PIMENTA, 2017). Esta dependência altera as relações dos agentes e sua memória, conhecimento e informação em diferentes campos disponibilizados no cenário da cultura digital contemporânea. As formas de uso e apropriação da internet e de seus instrumentos virtuais transformam a história e a expõem no âmbito global, já que retrata as ações dos agentes a partir do plano prático da sua cultura e cotidiano e a disponibilizam na rede que, a princípio, se torna acessível ao público:

O habitus que possuímos governa no plano subjetivo a forma como percebemos e traduzimos o mundo, mas, sobretudo como atuamos frente a outros agentes e dentro de diferentes espaços sociais. O *habitus*, neste sentido, nos abre a porta da internet e dos lugares por onde iniciamos nossa navegação. Contudo, quanto mais nos deslocamos nos hiperespaços da web, mais vemos e somos vistos por diferentes atores de *habitus* diversos. E mais podemos estabelecer contato, comunicação, com outros. (PIMENTA, 2017, p. 253-254)

Para Castells (1999), a transformação tecnológica consequente da integração de vários meios de comunicação em uma rede interativa pode ser comparada à criação do alfabeto na Grécia 700 a.C., considerado o primeiro passo

²⁸ “A necessidade cultural não é espontânea e, diferente das necessidades primárias, é um produto social, onde a escola se estabelece como principal espaço para as condições da criação desta necessidade assim como as condições para consumi-la; é um elemento tanto de satisfação quanto de distinção social” (BOURDIEU; DARBEL, 1969, p. 69).

para o progresso da filosofia ocidental e da ciência atual. A rede interativa, que reúne em um mesmo sistema as propriedades escrita, oral e audiovisual de comunicação, revela a formação de um hipertexto que transforma e revoluciona o caráter da comunicação. Assim, a conectividade se torna um dos elementos chaves para o estreitamento das relações de âmbito local e global e as interações proporcionadas entre os usuários das redes.

As novas dinâmicas produzidas pelos canais de comunicação e informação e sua arquitetura no espaço digital compõem um “novo” lugar de práticas que são negociadas de acordo com as necessidades dos indivíduos, assim como as capacidades sociotécnicas das plataformas virtuais interferem e reconfiguram estas necessidades como instrumento de conflitos. Pimenta (2017) afirma que, com a intensa estruturação do ciberespaço nos últimos 30 anos e o acesso aos variados aparelhos tecnológicos e digitais, hoje a internet se tornou o espaço mais comum de trânsito de indivíduos e consumo de bens, junto com o desdobramento de novas tecnologias e aparatos econômicos, políticos e culturais que contribuem para manutenção e reconfiguração das manifestações de viver e compreender o mundo.

O processo de globalização também inclui o movimento de encontro e trocas culturais entre as nações, como é o caso da criação do programa *The French Regional and American Museums Exchange* (FRAME) em 1999 pelo Ministério da Cultura da França junto com a Embaixada dos Estados Unidos em Paris (CARVALHO, 2008). A organização conta hoje com 32 museus participantes, se mantém por doações e possui a missão de promover a troca cultural entre as instituições colaboradoras, propiciando parceria entre as mesmas ao “desenvolver exposições inovadoras, programas educativos e públicos, intercâmbios profissionais entre o pessoal do museu, e manter um website para atingir públicos globais”²⁹.

Por outro lado, as redes em âmbito regional operam como meio de preservar as raízes e manifestações identitárias do processo de homogeneização da globalização, que ocorre simultaneamente com as transformações da sociedade contemporânea. Com as mudanças culturais, tecnológicas e através dos novos mecanismos e canais de participação, a dinâmica focada na conectividade

²⁹ Disponível em: <https://framemuseums.org/> Acessado em: 01 jun. 2024.

sustentada pelo modelo democrático e coletivo em nível regional é favorecida, considerando que:

Apesar de terem sido criadas no contexto da globalização econômica e exercerem funções de normatização, as redes não promovem a homogeneidade; pelo contrário, redes potencializam particularidades e especificidades, e preservam identidades na medida em que articulam uma política de ações de resgate das memórias locais, por meio do incentivo da criação e expansão dos museus. (CARVALHO, 2008, p. 117)

Néstor Canclini descreve a globalização como “[...] um movimento de fluxos e redes, mais do que de entidades visíveis, colecionáveis e passíveis de serem exibidas” (CANCLINI, 2014, p. 38) e que não possui um ponto de início consensual e demarcado além da complexa relação que estabelece entre as esferas nacionais e locais. Os museus, por outro lado, se configuram como espaços que reúnem e expõem objetos marcados por suas especificidades, territorialidades e temporalidades que, para o autor, se constituem como uma máquina de classificar e distinguir objetos. Eles demarcam uma identidade, mesmo que plural, e eventos, de forma fixa ou temporária, podendo englobar do âmbito local até o internacional através de temáticas ou tipologias, demarcando, de certa forma, sua missão.

A globalização é composta por circuito e redes de comunicações e, pensando em um modelo de museu da globalização, Canclini (2014) afirma que seria uma tarefa difícil delimitá-la em uma exposição. Esse modelo teria como intuito abarcar o modo como a “globalização desglobaliza”, isto é, como este fenômeno se mantém através das ações que se desfazem em suas próprias contradições, principalmente na relação global/local. Seria um trabalho museológico ambivalente de tentar representar as emancipações e integrações do mundo global, junto com suas resistências, falhas e evidências. Neste sentido, Carvalho (2008) afirma que um dos principais mecanismos para inserir o museu no contexto da globalização é implementar medidas para a ampliação das instituições como forma de atrair o grande público, sem desconsiderar os outros quesitos como a proteção e preservação das obras, atividades de pesquisa, ações educativas, comunicação com os visitantes e os propósitos de sua missão; o quantitativo de público não pode ser o único índice a ser considerado para a análise de eficiência e sucesso de um museu.

No contexto da globalização, o caráter físico dos museus foi transformado pelas tecnologias que marcaram o contraste da virada do século XX, transcendendo as limitações de tempo e espaço em uma atividade antes não imaginada: “o museu virtual vai dissociar o objeto museológico da sua aura, materializando-o sob a forma de imagem virtual, ou seja, de artifício” (MUCHACHO, 2005, p. 580-581). Segundo Bennett (1995), os museus são conduzidos para funcionar de acordo com novas “tecnologias culturais” desenvolvidas para tal propósito, não sendo os únicos, no entanto, a ter a função de potencializar a governança cultural de uma população: bibliotecas, parques e salas de leitura são igualmente formuladores dessa característica cultural.

Nas palavras de Castells (1999), “o que caracteriza o novo sistema de comunicação, baseado na integração em rede digitalizada de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais” (*ibid.*, p. 460-461). Somente sua adoção neste sistema permite a comunicabilidade e a socialização da mensagem que deseja ser compartilhada, na qual a mesma deve ser adaptada de acordo com a lógica, linguagem e códigos expressados no ambiente virtual para que seja transmitida de forma coerente e acessível. Carvalho (2008) aponta como a preocupação da preservação das identidades culturais e regionais no mundo contemporâneo global acaba movendo ações voltadas para sua proteção neste contexto das novas vias de comunicação e informação.

A estratégia de redes, principalmente no âmbito regional, fortalece culturas locais e suas manifestações na medida em que elabora meios para sua consolidação e reconhecimento via práticas educativas e de entretenimento, na tentativa de resistir às consequências da globalização no mercado e nas mídias. O caso do *Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER) é um exemplo voltado para viabilizar essas condições, reconhecendo primeiro as iniciativas dos municípios em prol dos fluxos migratórios e fornecendo, em seguida, canais para diálogo e outras trocas entre as diferentes experiências dos imigrantes e seus descendentes ao redor do mundo. O museu virtual, ao mesmo tempo que utiliza dos aparatos tecnológicos da globalização para se manter, proporciona meios para a formação de redes que conectam as diferentes particularidades de cada região.

O MIGRER neste contexto permite que usuários de qualquer lugar do mundo acessem e interajam com os conteúdos culturais disponibilizados no seu

ambiente virtual, conectando diferentes realidades, narrativas e histórias através de uma rede que indica a localização de cada uma delas. A visão fragmentada e localizada da experiência emigratória da região da Emilia-Romagna ganha uma compreensão mais completa e abrangente a partir das associações formadas em prol deste fenômeno, valorizando, todavia, as experiências locais de cada circunstância.

Bennett (1995) faz uma distinção do museu público a partir de três fatores: sua relação com o público que ajudou a organizar e constituir, sua organização interna e seu posicionamento em relação ao modelo moderno ou mais antigo de museu. Referente ao primeiro ponto, o MIGRER estabelece um contato imediato com os representantes do seu público principal, que são os responsáveis pela própria existência do museu. As associações de imigrantes e descendentes cumprem o papel de promotores e defensores das raízes italianas na formação cultural, social e política de sua comunidade.

Quanto à organização interna, o MIGRER dispõe de uma estrutura de cadastro com login e senha para seus membros, que podem se cadastrar como parte de alguma associação já existente na plataforma ou inserir uma nova. A partir da aprovação, é possível organizar e publicar atividades e outras ações realizadas na página referente à sua organização. E, por fim, o modelo do museu, em virtude das condições e ferramentas de sua própria criação, se estabelece como uma instituição moderna. Ao ser classificado como um museu digital e temático, concentrando a especificidade do seu tema na história da emigração da região da Emilia-Romagna, ele não possui um espaço físico utilizando de recursos digitais para a exposição e divulgação do seu acervo através das redes de associações ao redor do mundo que estão cadastradas na plataforma.

Figura 6 - Página Inicial do MIGRER



Fonte: <https://www.migrer.org/> (2024).

Nas palavras de Carvalho, “o novo modelo organizacional em rede representa uma revisão do conceito de cidadania em pleno exercício de sua capacidade criativa e de articulação” considerando que as “redes são interlocutores entre a sociedade civil e os governos, e promovem a institucionalização dos sistemas de parcerias” (CARVALHO, 2008, p. 21). Os sistemas de museus, como um outro modelo de formação de redes, nos países da Europa funcionam de forma vertical, horizontal ou mistos e se orientam a partir dos códigos internacionais de museus (resultantes do ICOM e de outros congressos formalizados da área), possuindo, para além das esferas nacional, estadual e regional, redes internacionais ou transnacionais, como é o caso do próprio ICOM e do NEMO (*Network of European Museum Organization*). A implementação das redes de museus a partir da década de 1980 no continente europeu ampliou a discussão do tema e adotou medidas de credenciamento e legislação. De forma geral:

Estas ações e políticas culturais foram baseadas em alguns eixos fundamentais do ponto de vista conceitual, o qual considera a cultura como: um vetor de desenvolvimento econômico e social, pois gera emprego e renda; uma ponte para o entendimento do presente e não mais a representação passiva do passado; um instrumento de prática da cidadania, pois valoriza o indivíduo. (CARVALHO, 2008, p. 53)

A formação de sistemas e redes de museus ganhou destaque na Itália já que possibilitou uma colaboração assertiva entre agentes públicos e privados em prol das condições de uso público do patrimônio cultural. De acordo com Camacho (2014), no início dos anos 1970, algumas regiões voltaram suas ações para esta perspectiva conjunta com o intuito de sanar os problemas presentes em relação às questões político-administrativas das instituições museais. A região da Emilia-Romagna consolidou suas leis em um segundo momento, no ano de 2000, com intuito de adotar as distinções entre os sistemas territoriais e temáticos, além de valorizar o patrimônio cultural e ambiental do seu território.

É importante ressaltar que a região da Emilia-Romagna, que tem como sua capital a cidade de Bologna, conta com nove províncias e as formas de organização dos sistemas de museus também as atravessam. Camacho (2014) relata que a pesquisadora Silvia Bagdalli, a partir de um projeto de pesquisa, atestou dois sistemas provinciais da Emilia-Romagna indicando a cooperação entre as

instituições de diferentes tutelas, na qual as províncias ganharam destaque para o favorecimento da coordenação e potenciação das atividades museais dentro de sua fronteira. Em uma segunda pesquisa, a autora também afirma como a região é vista como exemplo de política que foi orientadora na reorganização dos museus em um “verdadeiro sistema museográfico regional” (BALLÉ e POULOT, 2004 *apud* CAMACHO, 2014).

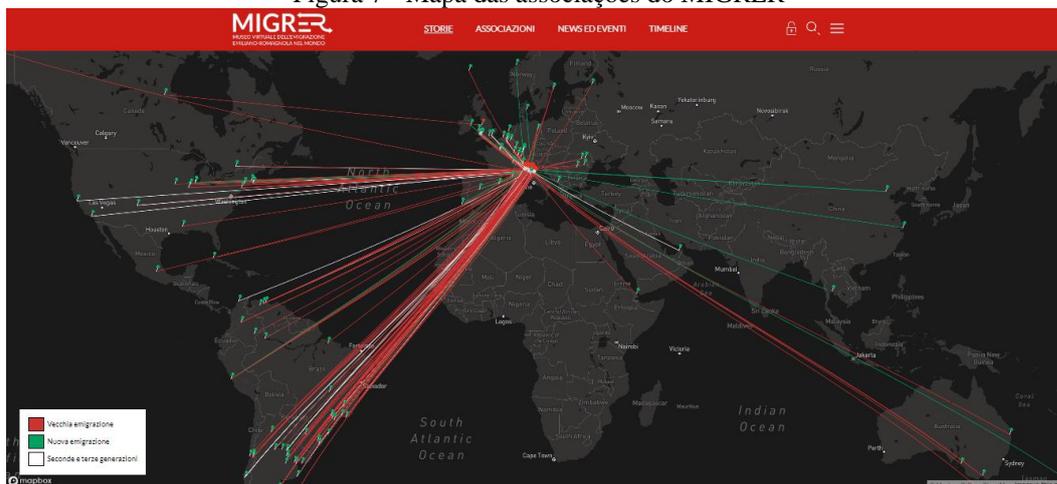
Já a noção de redes nos estudos migratórios remete à dimensão de um cenário onde fluxos anteriores ordenaram a decisão dos novos migrantes considerando a importância, “nesse sentido, [de] sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros” (TRUZZI, 2008, p. 203). As redes que em um primeiro momento serviram como base de laços de solidariedade entre os conterrâneos, é adaptada no contexto do MIGRER como forma de reconhecimento e conexão entre as diferentes experiências que também possuem essa origem em comum. Em ambos os casos, tanto nas redes que fortalecem a existência dos fluxos migratórios, quanto nas redes que celebram culturalmente as experiências formadas a partir destes, a informação e a comunicação se constituem como fator central da condição dos deslocamentos.

Culturas consistem em processos de comunicação. E todas as formas de comunicação, como Roland Barthes e Jean Baudrillard nos ensinaram há muitos anos, são baseadas na produção e consumo de sinais. Portanto, não há separação entre “realidade” e representação simbólica. Em todas as sociedades, a humanidade tem existido em um ambiente simbólico e atuado por meio dele. (CASTELLS, 1999, p. 459)

No caso do MIGRER, o espaço virtual possibilita a formação de redes de associações que se amparam no desenvolvimento dos fluxos históricos advindos da região italiana e os efeitos contemporâneos dos grupos que passaram pela migração ou que são frutos deste fenômeno. O comportamento organizado destes em prol de uma identidade cultural singular reforça a teoria da ação social como uma ação que implica ou se refere ao comportamento de outras experiências individuais, se distanciando da ideia de uma ação pura que se caracteriza por definir um comportamento humano a partir de um único sentido subjetivo, sem uma orientação

de terceiros. A presença e a noção da alteridade para a compreensão da formação cultural e social dos grupos é fundamental.

Figura 7 - Mapa das associações do MIGRER



Fonte: <https://www.migrer.org/storie/> (2024).

Por outro lado, é interessante destacar o papel da memória, entendida como “[...] um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Nos estudos migratórios, a memória é interpretada como um elemento construído a partir de acontecimentos não vivenciados pela própria pessoa descendente do imigrante, mas sim por meio da socialização histórica, considerando que o fenômeno de identificação com o passado é tão forte que é como se a memória fosse herdada e transmitida, principalmente, entre as primeiras gerações de descendentes.

Para Devoto (2011), a memória nesta discussão ocupa o lugar não só do indivíduo em sua relação com as recordações transmitidas em um ambiente cotidiano ou de características biográficas, mas abrange o indivíduo como parte de um panorama social mais amplo como membro de um grupo nacional, regional, social ou religioso. O autor ressalta que ela está estritamente ligada à noção de identidade e à necessidade de referências (seja de um passado recente ou antigo) que proporciona uma maior facilidade de estar, atuar e pertencer ao mundo.

Uma das características do museu de migração, que também está presente nos museus de guerra e museus de memória, é a iniciativa de criação de associações locais ou globais em prol do estabelecimento de objetivos e boas práticas em comum na busca do seu reconhecimento e, muitas vezes, de reparação. A diferença

principal entre elas é que, no caso dos museus de migração “[...] há uma tensão adicional: trata-se de ‘patrimonializar’ um passado que, na permanência, está sendo reconfigurado e submetido às demandas do presente” (QUIRÓS; AMAR; LAVABRE, 2020, p. 16, tradução da autora). A estrutura de um museu virtual que viabiliza a formação de redes entre os imigrantes e seus descendentes vai de encontro com este questionamento, seguindo seu próprio fluxo uma presença ativa através da contribuição e a troca de conhecimento entre os mesmos:

Ainda que vislumbrada por alguns como mero instrumento de pesquisa ou método de análise, no fundo a perspectiva de redes tenta explicar como são forjadas as relações sociais. Aplicadas aos fenômenos migratórios, aposta-se que as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. [...] A perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos (e, portanto, como tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação econômica), mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico. (TRUZZI, 2008, p. 208-209)

Os avanços nos espaços digitais não se limitam aos seus efeitos diretos, mas extrapolam as transversalidades sociais, econômicas e culturais que estruturam as percepções e ações dos agentes, operando distintos *habitus* (PIMENTA, 2017). Da mesma forma, o sistema eletrônico de comunicação de alcance global que vem se intensificando nas últimas décadas definitivamente reforçou as condições de trocas culturais das sociedades a partir da integração e interação de todos os meios de comunicação. Nas palavras de Castells (1999), “como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo” (*ibid.*, p. 414).

Considerar o patrimônio museológico na sociedade contemporânea como manifestação de cidadania reforça, junto com as transformações culturais e tecnológicas dos meios de comunicação, o empreendimento das instituições museais como espaços de identificação e apropriação, gerindo-as de forma que dialoguem e trabalhem junto com as comunidades envolvidas para o esforço de uma

aproximação entre as heranças e raízes culturais e seu público (CARVALHO, 2008). As migrações, portanto, para além de serem tidas como objetos de estudos, como lugar de comemoração e de discussão da sua existência no espaço público e como dispositivos de ferramenta ideológica e política, podem ser consideradas também como casos possíveis de investigação de relações mais complexas entre história, memória e patrimônio que perpassam os múltiplos usos do passado (DEVOTO, 2011).

A noção de rede é entendida em um primeiro momento como elemento estratégico tanto para a manutenção e para uma certa constância dos fluxos migratórios, como posteriormente para o reconhecimento dos seus efeitos nas sociedades de origem e de acolhida: “a própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes” (TRUZZI, 2008, p. 2011). As novas redes, portanto, independentemente de seu formato, meios ou condições proporcionadas, indicam os vínculos criados entre as nações envolvidas por meio dos esforços e iniciativas dos próprios imigrantes e seus descendentes, que se identificam com esse fenômeno a partir das relações sociais e dos elos culturais consolidados.

5. Considerações Finais

A presença italiana no Brasil é relevante para a compreensão da formação identitária brasileira considerando as contribuições sociais, políticas e culturais dos imigrantes no país a partir de várias razões, entre elas, a quantitativa: durante as décadas de 1870 e 1920, a entrada de italianos chegou ao patamar de 42% do total de imigrantes no país (IBGE, 2000). A atração de convocar os italianos decorreu do fato deles corresponderem a um tipo ideal pelas autoridades públicas e pelos intelectuais da época, valorizando, ao lado de portugueses e espanhóis, sua origem latina e a aproximação com o idioma, religião e outros costumes.³⁰

Para além do contexto político e internacional que influencia a experiência de vida dos imigrantes, outro elemento que cria contradição no contexto do Estado nação é a condição de uma dupla identidade. Segundo Oliveira Santos (2010), a prática do nacionalismo está diretamente ligada ao pertencimento da nação e o imigrante e, em especial, seus primeiros descendentes se instituem no novo país com o sentimento de um duplo pertencimento associado à terra de acolhida e à terra natal dos pioneiros.

Ao longo das gerações, o território se transforma, assim como os costumes, tradições e a valorização da terra. Em Porto Real, o surgimento da colônia ocorreu tendo a agricultura e, em especial, o café e a cana-de-açúcar como principais produtos da atividade econômica da época e hoje o município faz parte de um dos polos industriais mais importantes do eixo Rio-São Paulo, que conta com inúmeras fábricas, principalmente, do ramo automobilístico. Apesar das mudanças, o perfil e o caráter rural da cidade permaneceram em meio às indústrias que se consolidaram na região, realçando os contrastes da ação humana no espaço.

A cidade, como território de demarcação política e histórica, e seus lugares, como espaços providos de culturas, tradições e afetos, se estruturou em torno de uma narrativa predominante legitimada pelas iniciativas da população local e pelas autoridades municipais que sustentaram a imagem e a importância da italianidade

³⁰ Sem desconsiderar as intenções de uma política de embranquecimento da população brasileira que “[...] não só acreditada, como possível de ser implementada, como igualmente desejável e auspiciosa para que nos tornássemos mais ‘civilizados’ diante de nossos próprios olhos e aos olhos do mundo” (GOMES, 2000, p. 161).

para uma identidade própria. Esse reconhecimento, que ocorre regionalmente, ganha novas margens quando a Associação Vittorio Emanuele II (AVE II) é inserida no sistema global de redes validadas pelo próprio estado italiano da Emilia-Romagna, região de origem dos imigrantes que se estabeleceram na cidade.

A referência que o *Museo Virtuale Dell'Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo* (MIGRER) proporciona ao município de Porto Real, reconhecendo-o como região onde houve presença dos italianos e suas características (que persistem por meio do trabalho de preservação e valorização das gerações mais recentes) oferece um conjunto de relações no qual as noções de museu, cultura e identidade se agregam de forma a pensar o fenômeno de formação de um grupo e seu pertencimento no local. As ações tomadas atravessam esses elementos que são reunidos em prol de uma causa comum.

Os esforços em torno da busca pela conservação, documentação, pesquisa e difusão dos acervos e bens patrimoniais de forma acessível e democrática fazem parte das estratégias dos projetos museológicos e museográficos que, somados a um trabalho de promoção e divulgação comprometidos com a eficácia e competência, evidenciam as potencialidades de cada museu. O MIGRER e seu compromisso de viabilizar um canal de divulgação e preservação dos traços migratórios da região da Emilia-Romagna ao redor do mundo, conferindo ao mesmo tempo autenticidade e autonomia às associações de membros do museu, reforça a ideia da instituição museal que pratica uma função social, cultural e pedagógica de forma mais acessível na era digital.

O museu como espaço de representação deve provocar, para além da admiração e contemplação de seus visitantes, uma organização direcionada ao mesmo tempo que expor os acervos culturais e naturais de determinada região como forma de garantir o conhecimento e o esclarecimento da cultura de um grupo. As particularidades de cada experiência e, no caso do museu virtual, o alcance que este espaço proporciona são delimitadas a partir das instituições construídas pelas forças simbólicas existentes nas ações dos indivíduos.

Da mesma forma, considerando a performance como um processo de demonstração da situação social entre os atores, de forma consciente ou inconsciente, individual ou coletiva, a leitura de uma ação é realizada com a finalidade de interpretá-la como autêntica ou que proporciona uma vivacidade de determinados valores e símbolos no cenário cultural. Nos museus de migração, a

produção de uma expressão de verossimilhança entre as ações tem origem nas memórias compartilhadas entre e pelos descendentes, que buscam perpetuar no seu imaginário a força e coragem dos imigrantes pioneiros.

De acordo com Devoto (2011), apesar de muitas migrações estarem associadas a fenômenos e causas dolorosas nas experiências daqueles que se encontram no processo de deslocamento, há uma ressignificação posterior, pelos descendentes, da migração ser associada como uma dimensão positiva que abrange o reconhecimento de um grande processo de mobilidade social a partir delas. Assim, se no passado as migrações eram associadas a uma consequência danosa do capitalismo e de outras condições econômicas e políticas, hoje elas são vistas como um exemplo de possibilidades do capitalismo pelas gerações mais recentes.

No Rio Grande do Sul, onde se concentra boa parte dos estudos migratórios de origem italiana, a ideia do pertencimento regional ainda é forte e os *circolos* que existem em cada região possuem vínculos com instituições italianas que promovem convênios, intercâmbios e atividades que buscam promover a integração entre os descendentes e o local de origem dos primeiros imigrantes. Da mesma forma, os representantes de Porto Real adotam a mesma estratégia quando asseguram a atuação da Associação Vittorio Emanuele II na cidade e consolida acordos e parcerias com organizações providas da Itália, promovendo encontros e eventos que celebram as afinidades entre as duas regiões.

A transição entre as ordens políticas e culturais se estruturam por meio dos códigos e elementos defendidos pelos grupos de cada localidade, que estimulam o valor da herança cultural compartilhada entre as gerações. Esta dimensão se manifesta no imaginário da construção do município e se fortalece quando sua experiência é transmitida para além das fronteiras locais e nacionais, ao mesmo tempo em que ações de cunho identitário são adotadas internamente, renovando suas particularidades no contexto do mundo contemporâneo globalizado.

A partir da perspectiva da sociologia cultural, nas sociedades mais complexas, estratificadas e reflexivas, o êxito da ação simbólica demanda uma legitimidade dos valores culturais que estão presentes e que se mobilizam a partir dela. Ademais, é necessário constatar os arranjos de poder assim como suas condições políticas, econômicas e as relações sociais existentes, tais como as hierarquias construídas para compreender as manifestações, uma vez que nem

sempre os textos e códigos culturais vão ter a mesma credibilidade em um contexto heterogêneo, propiciando a possibilidade de diferentes interpretações.

A compreensão do pensamento social pode ser feita a partir dos processos de institucionalização e das relações de poder, considerando ao mesmo tempo que as manifestações e instâncias culturais se constituem como fenômenos integradores nos contextos políticos. A sociologia cultural permite que esses componentes sejam aplicados nos estudos migratórios e nas instituições museais, considerando como a estrutura cultural carrega significações potentes, como memória e tradição, em ambas as dimensões.

O legado da cultura é o mais evidente nos discursos e apresentações das associações de forma geral que se concretizam a partir do mesmo. Neste sentido, os museus como instituições culturais são formulados de acordo com as influências e demandas do momento histórico vigente, ao mesmo tempo que influenciam modos de pensamentos com a legitimação de culturas e a educação patrimonial formuladas dentro de sua missão. As imagens, símbolos e objetos projetados nas exposições dos museus fornecem uma leitura da realidade cultural e social a partir da perspectiva contemporânea.

O museu virtual baseado em redes de associações ao redor do mundo possibilita que diferentes usuários interajam por meio dos conteúdos disponibilizados, superando barreiras geográficas e socioeconômicas. Ao conectar as diferentes experiências, o MIGRER proporciona uma validação das diferentes perspectivas e narrativas, assim como a exposição das tradições inventadas em cada particularidade. As redes são, neste contexto, formadoras de um canal de trocas e divulgação dos bens culturais para um público global a partir de sua digitalização e acesso. As práticas culturais, no entanto, demarcam fronteiras entre as classes e definem marcadores sociais que podem ter uma análise mais aprofundada.

As redes de relações sociais e de associativismo proporcionadas pela instituição do MIGRER possibilitam a estruturação de pertencimentos e a conexão de oportunidades, fomentando medidas de conservação e divulgação de memórias como acervo de seu ambiente virtual. A dimensão cultural do papel do museu ganha ênfase para a leitura do fenômeno sociológico considerando que a instituição é criada a partir de iniciativas que procuram preservar, divulgar e reconhecer valores e símbolos de determinados grupos, como é o caso dos descendentes de italianos de Porto Real.

6. Referências Bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey. Sociología cultural: formas de clasificación en las sociedades complejas. Barcelona: Anthropos, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda. A trajetória da sociologia da cultura no Brasil: os anos recentes. REVISTA USP, São Paulo, n.50, p. 100-107, junho/agosto 2001.
- ARRUDA, Maria Arminda. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. Tempo Social – USP, São Paulo, p. 107-118, jun. 2004.
- BAO, Carlos Eduardo. A invenção da italianidade no Brasil: contribuição para um olhar descontínuo. Anais XXVII Simpósio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis - SC, jul. 2015.
- BASTOS, Monique Deise Guimarães. Análise de uma Cidade Policêntrica: o Caso de Resende-RJ, no Médio Vale do Paraíba. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 7, N.2, p. 79-97, 2017.
- BENNET, Andy. Towards a cultural sociology of popular music. Journal of Sociology ©, The Australian Sociological Association, Volume 44(4): 419–432, 2008.
- BENNETT, Tony. The birth of the museum: History, Theory, Politics. London: Routledge. Bennett, Tony. 1995.
- BONNELL, Victoria E.; HUNT, Lynn. Introduction. In: Beyond the cultural turn: new directions in the study of society and culture / edited and with an introduction by Victoria E. Bonnell and Lynn Hunt with an afterword by Hay den White; essays by Richard Biernacki... [et al.]. University of California Press, p. 1-34, 1999.
- BOTELLO, Nelson Artega; MAGNONI, Javier Arzuaga. Performances políticos y sociología cultural. Diario De Campo, (6-7), 62–69, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre; TOMAZ, Fernando. O poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, cap. 3, p. 59-74, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 432 p., 1996.
- CAMACHO, Maria Clara F. Credenciação, sistemas e redes nacionais de museus: Uma panorâmica europeia contemporânea. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Évora, Évora, jul. 2014.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Museu para a globalização. Cadernos do CEOM, Museologia Social, ano 27, n. 41, p. 37-46, 2014.

CARVALHO, Ana Cristina B. de. Gestão de patrimônio museológico: as redes de museus. Tese (Doutorado do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. Manuel Castells. In: MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.5, p. 8-21, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. Um novo (velho) conceito de museu. Caderno de Estudos Sociais, Recife, v. 1 n. 2, p. 183-192, jul./dez. 1985.

CHAGAS, Mário de Souza. O Objeto de Pesquisa no Caso dos Museus. Ciências em Museus, 2, p. 41-45, 1990.

COSTA, Luiza Liene Bressan da. Narrativas sobre a chegada de italianos no sul do Brasil: o mito da cocanha pela perspectiva do imaginário. Tese (Doutorado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão - SC, 164f., 2020.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia – A contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 21 nº 60, 2006.

DEVOTO, Fernando J. Los museos de las migraciones internacionales: entre historia, memoria y patrimonio. Ayer, (3): 231-262, 83/2011.

DIAS, Fernando. Estudos culturais no Brasil: a tradição sociológica. Sociedade e Estado, volume III, número 1 e 2, p. 9-28, 1994.

ELIAS, Norbert. Sociogênese da diferença entre "kultur" e "zivilisation" no emprego alemão. O processo civilizador / Norbert Elias; tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2. Ed. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EMILIA-ROMAGNA BRASIL. A Emilia Romagna, 2024. Disponível em: <<https://emiliaromagnabrasil.com.br/a-emilia-romagna/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FLEURY, Laurent. Sociologia da cultura e das práticas culturais. Tradução de Marcelo Gomes. – São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2009.

FORNI, Gaetano. Los museos etnográficos de Italia: una década de crecimiento espectacular. Museu Internacional (París, UNESCO), nº 204, vol. 51, nº 4, p. 47-5, 1999.

GASTAL, Susana; SALES, Fabiana. Identidades sob o turismo: a italianidade no sul do Brasil. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 2, n.1, p. 22-35, 2012.

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

GRANGEIA, Mario Luis. Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX. História (São Paulo) v.36, e16, ISSN 1980-4369, 2017.

GUEDES, Angela Cardoso. Pierre Bourdieu e os públicos de museus. In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, p. 241-258, 2017.

HEINICH, Nathalie. Práticas da arte contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico. Tradução de Markus Hediger. Sociologia&Antropologia | Rio de Janeiro, v.04.02: 373–390, outubro, 2014.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: A In 6. Ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo migratório. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, SP, 27, p. 593, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População estimada: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2024.

IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiros e italiano e a imigração italiana no RS. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH; São Paulo, SP, julho 2011.

KARP, Cary. Echar raíces en Internet: establecer una identidad para la comunidad de museos en la Red. Museum internacional (París, UNESCO), n° 204, vol. 51, n° 4, p. 8-13, 1999.

LIMA NETO, Fernando. Cultural sociology in perspective: linking culture and power. Current Sociology, 62, (6), pp. 928–946, 2014.

LIMA NETO, Fernando. Jeffrey Alexander (1947-). in: Os Sociólogos: clássicos das Ciências Sociais/Sarah Silva Telles, Solange Luçan de Oliveira (organizadores) – Petrópolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: Editora PUC, p. 347-356, 2018.

LIMA NETO, Fernando. Culture and power: the cultural foundations of Brazilian sociology. Cultural sociology, 14 (1), pp. 3-21, 2020.

- LIMA, Raphael J. da Costa. Açúcar, Coca-cola e Automóveis: Ação Político-Empresarial na Construção de um “Município Modelo” em Porto Real (RJ). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 163 p., 2005.
- LOPES, Gabriela Adler. Origem e formação socioeconômica do Vale do Paraíba Fluminense: o caso resendense no século XIX. XIV Congresso Brasileiro de História Econômica & 15ª Conferência Internacional de História de Empresas - Varginha, 2021.
- LÓPEZ BORBÓN, Liliana. La gestión cultural como construcción de ciudadanía. Ensayo ganador del Premio Internacional Ramón Roca Boncompte de Estudios de Gestión Cultural (España), 2015. México: 2017.
- MAIA, João M. E. Ideias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (62), 53–71, 2006.
- MICELI, Sérgio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo Social – USP: São Paulo, p. 63-79, 2003.
- MIGRER. Associação Vittorio Emanuele II – Porto Real – Rio de Janeiro. Museo Virtuale Dell’Emigrazione Emiliano-Romagnola Nel Mondo, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.migrer.org/associazioni/associacao-vittorio-emanuele-ii/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- MIGRER. Museo Virtuale Dell’Emigrazione Emiliano-Romagnola nel Mondo. Página inicial. Disponível em: <https://www.migrer.org/> Acesso em: 12 mar. 2024.
- MUCHACHO, Rute. O Museu Virtual: as novas tecnologias e a reinvenção do espaço museológico. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, volume 1, p. 579-583, 2005.
- OLIVEIRA SANTOS, Miriam de. A NOÇÃO DE IDENTIDADE E SEU USO NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, vol. 18, núm. 34, enero-junio, p. 27-43, 2010.
- ORTIZ, Renato. As ciências sociais e a cultura. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 14(1): p. 19-32, 2002.
- ORTIZ, Renato. Estudos culturais. Revista Tempo Social – USP, p.119-127, jun. 2004.
- PIMENTA, Ricardo Medeiros. Ciberespaço, internet e habitus: Uma reflexão bourdieusiana sobre a era digital. In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, p. 241-258, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO REAL. Prefeitura Municipal de Porto Real. Produto 2 – Caracterização Municipal do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Porto Real (RJ), jan. 2020.

POZZER, Márcio R. Olivato. Transformações nas políticas públicas culturais: a análise da criação do Instituto Brasileiro de Museus. VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto, jun. 2012.

QUIRÓS, Pilar G. B.; AMAR, Marianne; LAVABRE, Marie-Claire. Migraciones y museos: instituciones en tensión. In.: Migraciones y museos. Una aproximación global / González Bernaldo de Quirós, Pilar ... [et al.] ; dirigido por González Bernaldo de Quirós, Pilar ; Marianne Amar ; Marie-Claire Lavabre. - 1a ed . - Rosario : Prohistoria Ediciones, p. 13-26, 2020.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui; COSTA, Julianna; CARVALHO, Carolina; MARQUES, Guilherme; LEITE, Vanessa; SILVA, Alex. A Itália como país de imigração. In: Imigração Italiana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 93-109, 2022.

ROCHA, Maria Eduarda M. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. Revista Sociedade e Estado – volume 26, número 3, p. 453-469, 2011.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; MONTEIRO, Miguel. Los museos dedicados a las migraciones: el Museo Portugués de la Emigración. Museum Internacional Patrimonios de los Migrantes, vol LIX, nº 1-2, p. 151-159, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 19, nº 55, jun. 2004.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 26, nº 77, out./2011.

SILVA, Carlos H. G. da ; PINHEIRO, Lena V. R. Políticas públicas para museus no Brasil: do IPHAN ao IBRAM. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, P. 1-20, 2013.

SILVA, William Ribeiro. Memória e centralidade em Resende. Mercator, Fortaleza, v.19, e19014, 2020.

TOLENTINO, Átila B. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental: Res Pública / Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Volume 7 – Brasília : ANESP, p. 9-28, ISSN 1678-4057, 2008.

TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: Um século de imigração italiana no Brasil. Traduzido por Mariarosaria Fabris, Luiz Eduardo de Lima Brandão e Juliana Haas. - São Paulo: Editora Unesp, 2022.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social, revista de sociologia da USP - São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo. Italianidade no interior paulista: Percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). 1.ed. - São Paulo: Editora UNESP Digital, 2016.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. In: WEBER, Max. Economia e sociedade; Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília : Editora Universidade de Brasília, cap. 1, p. 3-35, 2000.

WORTMANN, Mária Lúcia; SANTOS, Luís Henrique. RIPOLL, Daniela. Apontamentos sobre os Estudos Culturais no Brasil. Educação & Realidade, Porto Alegre, volume 44, número 4, 2019.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). Redes. Revista do Desenvolvimento Regional; Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul; vol. 13, nº 3, p. 140-163, 2008.